



20 21

Relatório e Contas 30-06-2021

Época 2020/2021 (12 meses)

Gil Vicente Futebol Clube – Futebol, SDUQ, Lda.

*Quando joga o Gil Vicente
Jogam Todos os Barcelenses*

ÍNDICE

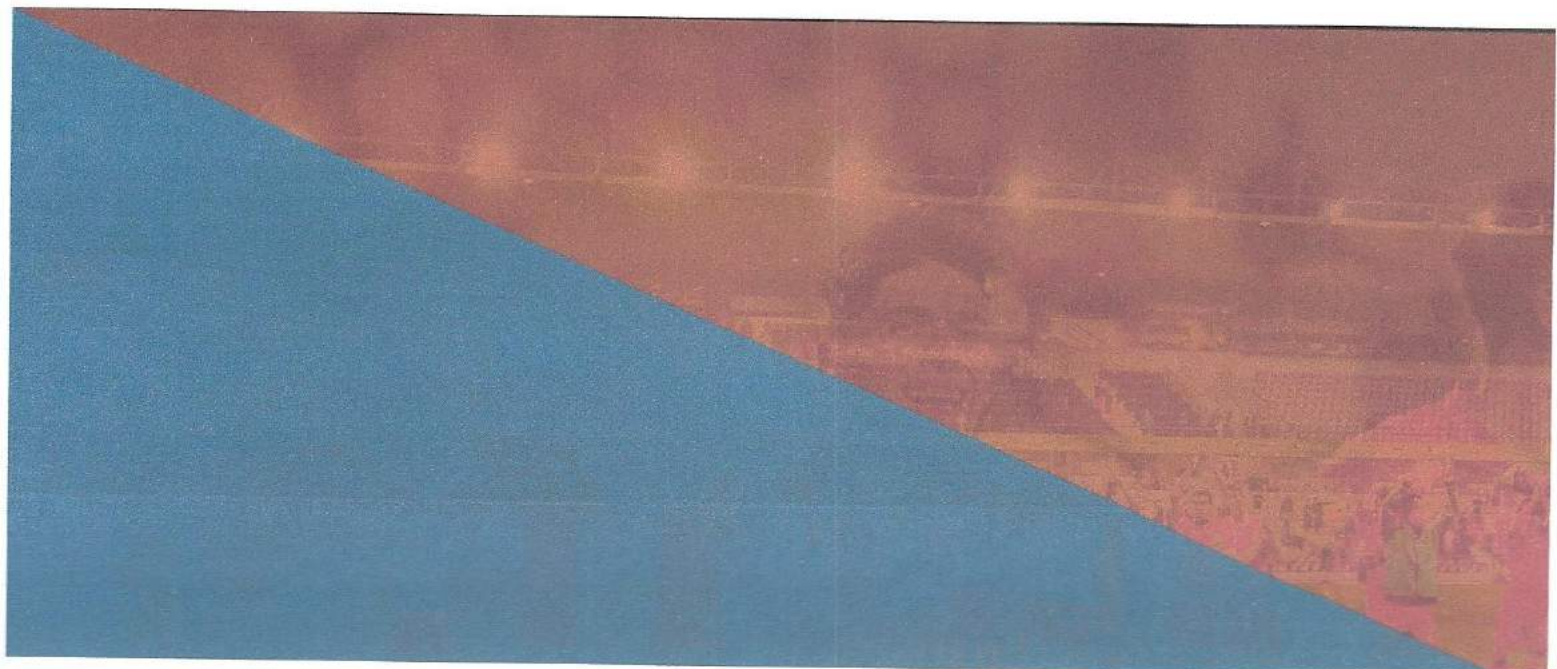
RELATÓRIO DE GESTÃO 2020 – ÉPOCA 2020/2021	1
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 2020 – ÉPOCA 2020/2021 (MOD. REDUZIDO)	23
BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2021	24
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS (NATUREZAS) NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	25
ANEXO EM 30 DE JUNHO DE 2021	26
RELATÓRIO DE AUDITORIA	55

27
76
H



Relatório de Gestão 30-06-2021

Época 2020/2021





RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

GERÊNCIA

Francisco Dias da Silva

Francisco Senra da Silva

Pedro Miguel de Sá Ramos Ribeiro

2. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no art.º 16.º dos Estatutos desta Entidade e nos termos dos artigos números 65.º, 66.º e 263.º do Código das Sociedades Comerciais vem esta Gerência apresentar e submeter à Vossa apreciação, com referência ao período findo 30 de Junho de 2021 (12 meses), o Relatório e Contas do **GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE – FUTEBOL SDUQ, LDA**, doravante também designado por Entidade ou Gil Vicente.

O presente relatório de gestão, trata-se de um relatório de final de período abrangendo a época desportiva de 2020/2021, ou seja, de 01 de julho de 2020 a 30 de Junho de 2021.

3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

a. O IMPACTO ECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO DA CRISE PANDÉMICA

A evidência de recessões passadas em economias avançadas mostra que os efeitos negativos sobre a atividade podem perdurar, sobretudo nos episódios mais severos.

Comparativamente com anteriores recessões, a contração da atividade em 2020 foi mais abrupta e profunda, mas espera-se que a recuperação seja também mais rápida. No final do horizonte de projeção, o PIB ainda se situa cerca de 2% abaixo do previsto num cenário contrafactual de ausência do choque da pandemia, que nesta caixa corresponde à projeção do BE de dezembro de 2019.

A crise pandémica tem características que favorecem uma recuperação rápida e menores danos sobre a atividade económica a médio prazo. Comparativamente a crises causadas pela acumulação de desequilíbrios macroeconómicos, a recessão de 2020 resultou de um choque exógeno à economia. A manutenção de condições de financiamento favoráveis para os agentes privados e para o soberano é



também um fator diferenciador à luz da evidência de impactos negativos persistentes das recessões associadas a crises financeiras. O choque foi transversal e sincronizado no mundo, o que implicou uma queda mais pronunciada da atividade em 2020, mas deverá reforçar a recuperação nos anos seguintes. A escala, celeridade e coordenação da resposta da política foram cruciais para conter os efeitos multiplicadores do choque e preservar a capacidade produtiva e o emprego, contribuindo para mitigar os efeitos permanentes da crise.

A despesa global direcionada para serviços não recupera o nível projetado antes da crise. Uma decomposição dos desvios do PIB em relação à trajetória projetada antes da crise revela que, num padrão inédito em recessões, a redução da despesa em 2020 incidiu desproporcionalmente sobre os serviços. Espera-se que a recuperação desta despesa seja gradual, acompanhando o levantamento das restrições e a redução dos receios de contágio com a implementação da vacinação. As perspetivas para o setor de viagens e turismo são afetadas por alterações nas preferências dos agentes económicos decorrentes da pandemia. No futuro, espera-se alguma substituição das viagens de negócios por soluções de teleconferência com menores custos financeiros e ambientais.

A despesa direcionada para bens tem um contributo para a variação acumulada do PIB superior à considerada na projeção anterior à crise. As projeções atuais assumem uma maior despesa em bens, refletindo menores barreiras ao consumo e maior potencial para recuperação de despesa não realizada durante a pandemia. Esta maior procura de bens é generalizada às várias economias, o que implica um dinamismo da indústria mundial e do comércio internacional de mercadorias no horizonte de projeção superior ao esperado antes da crise. No entanto, a recuperação mais forte da indústria e da construção não é suficiente para compensar a retoma gradual e incompleta dos serviços.

O PIB fica aquém do projetado antes da crise devido à recuperação incompleta das horas trabalhadas e da produtividade total de fatores. Um exercício de contabilidade de crescimento mostra que o contributo da acumulação de capital físico para a diferença do PIB entre a projeção atual e a anterior à pandemia é pouco significativa. Este contributo reflete a resiliência do investimento na crise atual e a manutenção de perspetivas favoráveis alicerçadas no recebimento de fundos europeus. O emprego, medido em horas trabalhadas, permanece abaixo do cenário contrafactual no horizonte de projeção. As atividades mais afetadas pela crise são intensivas em mão-de-obra, colocando-se desafios à sua realocação noutros setores de atividade, pelo que as medidas de apoio devem ser adaptadas para suportar esse processo.

O principal contributo para o desvio do PIB face ao contrafactual em 2023 advém da produtividade total dos fatores. A evidência de recessões em economias avançadas aponta para que este seja um canal importante e com impacto persistente. A crise pandémica levou à interrupção da acumulação de fatores produtivos, incluindo capital humano, e à redução da eficiência na utilização dos mesmos. O estímulo dado pela pandemia à utilização das tecnologias digitais e à inovação em geral deverá mitigar o impacto negativo sobre a produtividade total dos fatores, mas é de difícil quantificação nesta fase.

27
JB
H

As consequências de médio prazo da crise pandémica deverão ser limitadas. Dada a interrupção abrupta das atividades económicas e sociais, é primordial assegurar uma rápida retoma das anteriores condições de funcionamento da economia. A recuperação é assimétrica, pelo que os apoios direcionados aos segmentos mais atingidos são importantes para impedir falências de empresas viáveis. No entanto, poderão existir danos sobre a capacidade produtiva e o mercado de trabalho em resultado de mudanças nas preferências dos agentes económicos e de desenvolvimentos tecnológicos. Estes custos de ajustamento serão menores com flexibilidade na alocação dos recursos na economia e uma adoção generalizada das novas tecnologias. Assim, os apoios aos setores e empresas mais afetados deverão ser acompanhados por medidas que facilitem a mobilidade dos recursos, incluindo a formação e requalificação da mão de obra e a celeridade nos processos de insolvência.

O agravamento da situação pandémica implicou uma redução da atividade económica no primeiro trimestre de 2021, mas menos significativa do que no primeiro confinamento geral.

Este menor impacto traduziu a adaptação de empresas e consumidores à situação pandémica, o enquadramento externo mais favorável, a manutenção da orientação acomodatória da política monetária e a natureza contracíclica da política orçamental. No primeiro trimestre de 2021, o PIB registou uma taxa de variação em cadeia de -3,3%, após um ligeiro crescimento no trimestre anterior (0,2%), situando-se a taxa homóloga em -5,4%. Esta redução do PIB foi mais acentuada do que a registada na média da área do euro, onde a evolução foi muito diferenciada entre países.

O impacto negativo concentrou-se no consumo privado e nas exportações de serviços, em particular de turismo. Estas componentes assumem um peso superior em Portugal face à maioria dos países da área do euro, o que amplifica o impacto do choque pandémico. A FBCF e as exportações de bens aumentaram face ao trimestre anterior. Os indicadores do lado da oferta – como os índices de volume de negócios, a produção industrial e as confianças dos empresários – mostram que os serviços foram mais afetados, particularmente os de alojamento e restauração, transportes e outros que envolvem contacto pessoal. Em contraste, os indicadores sugerem que a atividade não apresentou uma variação significativa na indústria e que continuou a crescer na construção.

No segundo trimestre a situação económica melhorou com o levantamento gradual das medidas de contenção. A informação disponível para abril e maio aponta para uma recuperação da atividade face ao trimestre anterior. O início do processo de desconfinamento – com a reabertura ao público dos restaurantes, do comércio não essencial e dos eventos culturais e o regresso ao ensino presencial – refletiu-se num aumento dos indicadores de mobilidade para níveis próximos dos pré-pandemia. Entre o início de abril e a terceira semana de maio de 2021, o indicador diário de atividade do Banco de Portugal registou taxas de variação face ao mesmo período de 2019 (utilizadas para contornar os efeitos base criados pelo impacto da pandemia no período homólogo) superiores às observadas no primeiro trimestre do ano corrente. No mês de maio, esta taxa atingiu valores positivos.

96
X

As projeções têm implícita uma taxa de variação em cadeia do PIB no segundo trimestre que mais do que compensa a queda observada no primeiro trimestre do ano. Estima-se um aumento relativamente generalizado do VAB por setores de atividade. A construção deverá manter-se dinâmica, após os crescimentos observados nos últimos trimestres. Face ao trimestre anterior, os setores mais afetados pelo confinamento, em particular os relacionados com o turismo e o comércio não essencial deverão registar crescimentos significativos, mantendo ainda assim uma atividade bastante inferior à observada em 2019.

Os indicadores para o segundo trimestre apontam para uma recuperação do consumo privado face ao trimestre anterior e para a manutenção de uma evolução favorável no investimento. Os valores movimentados até maio com cartões nacionais em caixas automáticos e terminais de pagamento (ATM/POS) mais do que recuperaram a queda observada no trimestre anterior (taxa de variação média de 21% em abril-maio face ao primeiro trimestre, após uma queda em cadeia de 3% no trimestre anterior). Este perfil indica uma forte recuperação do consumo, refletindo o maior otimismo dos consumidores e a concretização de despesa adiada. A informação disponível para as vendas de automóveis também sugere um aumento do consumo de bens duradouros no segundo trimestre de 2021. Os indicadores de confiança setoriais apresentaram um aumento generalizado em abril e maio, um movimento transversal na Europa. Esta melhoria e a informação parcelar relativa ao investimento, como as vendas de cimento e de veículos comerciais, sugerem a manutenção de uma evolução favorável deste agregado, após o aumento no primeiro trimestre de 2021.

As exportações deverão crescer face ao trimestre anterior, mantendo-se diferenças na recuperação face aos níveis pré-pandémicos entre bens e serviços. As exportações de bens têm vindo a registar crescimentos nos últimos trimestres e, desde o quarto trimestre de 2020, apresentam níveis superiores aos observados em média em 2019. No segundo trimestre, deverão continuar a crescer, tal como sugerido pelo forte aumento em abril e maio das expectativas de encomendas para exportação nos próximos três meses do inquérito à indústria transformadora. Quanto aos serviços, os levantamentos e pagamentos em terminais automáticos com cartões estrangeiros apontam para um aumento das exportações de turismo face ao trimestre anterior, mas mantendo valores bastante inferiores aos observados em 2019. O valor médio destes movimentos em abril e maio aumentou 29% face ao primeiro trimestre de 2021 e situa-se cerca de 60% abaixo dos valores observados nos mesmos meses de 2019.

Fonte: Boletim Económico de junho de 2021 do Banco de Portugal

b. QUADRO MACROECONÓMICO NACIONAL

A recuperação é generalizada às várias componentes da despesa, mas com diferenças de intensidade. Considerando os contributos para o crescimento do PIB líquidos de conteúdos importados, a recuperação da economia é impulsionada no segundo trimestre de 2021 pela procura interna, em particular pelo consumo privado. No segundo semestre de 2021 e em 2022, o contributo das exportações é mais significativo, refletindo a recuperação da componente de serviços. Em 2023, a procura interna e as exportações apresentam contributos semelhantes para o crescimento da atividade.

O consumo privado cresce mais marcadamente em 2022, retomando os níveis pré-pandémicos nesse ano. O impacto contido da crise pandémica na FBCF em 2020 e o dinamismo projetado para 2021-23 contrastam com o observado em anteriores recessões, mesmo se excluirmos as que estiveram associadas a crises financeiras. Esta evolução é extensível às componentes pública e privada da FBCF, refletindo o facto da atual crise resultar de um choque exógeno e ter um carácter temporário. As exportações só retomam o nível pré-crise em meados de 2022, devido à recuperação mais gradual dos serviços; os bens já ultrapassaram esse nível no segundo semestre de 2020.

A recuperação do consumo privado é diferenciada por tipo de despesa. Em 2021, o consumo aumenta 3,3%, projetando-se uma recuperação muito significativa a partir do segundo trimestre. O crescimento anual deste agregado torna-se mais expressivo em 2022, com a recuperação do consumo de serviços. Este tipo de despesa, que envolve em geral mais interação social, recupera de forma gradual, com a vacinação e o levantamento das medidas de contenção.

Adicionalmente, ao contrário dos bens, a compensação de despesas em serviços não realizadas no passado tende a revelar-se mais difícil. A despesa em bens não duradouros apresenta uma evolução mais alisada, à semelhança do que aconteceu ao longo da crise, enquanto o consumo de bens duradouros apresenta um dinamismo elevado no horizonte de projeção. Na segunda metade de 2020 a procura por bens duradouros recuperou fortemente, retomando os níveis do final de 2019.

O consumo privado cresce a um ritmo superior ao do rendimento disponível. O rendimento disponível real cresce cerca de 1,3% em média em 2021-23, o que representa uma aceleração face a 2020 (0,3%). Este aumento resulta da recuperação do emprego e de um crescimento dos salários, embora mais moderado comparativamente a anos anteriores. A queda de 5,9% do consumo privado em 2020 traduziu-se num aumento acentuado da taxa de poupança de 7,1% para 12,8%, o máximo desde 2002. Este aumento, para além do motivo de precaução ligado ao contexto de incerteza, resultou de uma poupança involuntária associada ao confinamento.

A taxa de poupança atingiu 18,8% no segundo trimestre de 2020 e, após uma moderação na segunda metade do ano, terá voltado a subir com o novo confinamento no início de 2021.

A taxa de poupança deverá reduzir-se gradualmente, atingindo em 2023 níveis próximos dos pré-pandémicos. Esta evolução tem subjacente uma dissipação gradual da incerteza. Assume-se que a poupança acumulada pelas famílias durante a pandemia se traduz, em termos agregados, num aumento persistente da riqueza. As características dos principais aforradores – de rendimentos mais elevados e com menor propensão ao consumo – suportam esta hipótese.

O consumo público deverá crescer 4,9% em termos reais em 2021. A aceleração tem subjacente o retorno à atividade normal das administrações públicas, com um menor impacto da redução das horas trabalhadas e um aumento das aquisições e prestações de serviços. Em 2021, as despesas com bens e serviços diretamente relacionadas com a pandemia deverão aumentar ligeiramente devido aos encargos com o processo de vacinação, que serão financiados em larga medida por fundos europeus. Nos anos seguintes,

27
98

a reversão gradual destas medidas e a desaceleração do emprego público determinam a quase estabilização do consumo público em termos reais.

A FBCF apresenta um crescimento médio de 7% em 2021-23. A queda de 1,9% da FBCF em 2020 foi muito contida face à quebra da atividade, sendo de destacar o contributo positivo da construção.

A FBCF empresarial reduziu-se 4,4%, bastante menos do que o sugerido pela elevada elasticidade cíclica desta componente face ao PIB, traduzindo o carácter temporário da crise e a manutenção de condições financeiras muito favoráveis. Para 2021-23, projeta-se uma variação média anual da FBCF empresarial de 6,4%, com uma trajetória de desaceleração ao longo do horizonte. Esta evolução é sustentada por fundos europeus, pela recuperação da procura e pela gradual redução da incerteza. No entanto, a situação de liquidez e solvabilidade de algumas empresas, nomeadamente nos setores mais afetados pela pandemia, limita o potencial de investimento nos próximos anos.

A FBCF em habitação cresce 2,9%, em média, em 2021-23. A manutenção de condições financeiras favoráveis e a procura por parte de não-residentes continuam a favorecer este investimento, em contraponto com a moderação no crescimento do rendimento disponível face aos valores pré-pandémicos. A habitação mantém-se como um ativo de investimento atrativo, o que poderá ser importante num contexto de acumulação significativa de poupança.

A FBCF pública é a componente que apresenta um crescimento mais elevado, cerca de 20% em termos médios em 2021-23, refletindo a implementação do PRR. O contributo do PRR é particularmente significativo de 2022 em diante, representando cerca de 30% do investimento público previsto em 2022-23. Em 2023, o seu efeito é mais do que compensado por uma redução do financiamento dos restantes fundos europeus, relacionada com a transição de quadros plurianuais.

As exportações apresentam um crescimento de cerca de 14% em 2021-22 e de 4,8% em 2023, com diferenças marcadas entre bens e serviços. As exportações de bens, após a queda no primeiro semestre de 2020, recuperaram os níveis pré-crise logo na segunda metade do ano, estimando-se um ligeiro ganho de quota de mercado de bens no conjunto de 2020. Para 2021, projeta-se um crescimento acentuado (17%). Nos anos seguintes, as exportações de bens acompanham a procura externa dirigida a Portugal.

A recuperação das exportações de serviços será mais lenta. As exportações de turismo e de alguns serviços associados, como os transportes, sofreram um maior impacto da crise pandémica em 2020. Como tal, as exportações de serviços situavam-se cerca de 50% abaixo do valor pré-pandémico no primeiro trimestre de 2021. Com a recuperação muito significativa projetada para o segundo semestre, estas exportações devem fixar-se em cerca de 30% do nível de 2019 no conjunto do ano de 2021. Esta será a componente da despesa com maior crescimento em 2022 e com o contributo mais importante para o crescimento das exportações totais em 2022-23.

No final do horizonte de projeção, os níveis permanecem ainda ligeiramente abaixo dos registados em 2019.



As importações crescem cerca de 12% em 2021-22 e 5,1% em 2023, refletindo a recuperação da procura global ponderada por conteúdos importados. Para esta evolução contribuem as componentes com uma trajetória de recuperação marcada e com um elevado conteúdo importado, como as exportações de bens, o consumo de bens duradouros e a FBCF empresarial. O excedente da balança corrente e de capital aumenta em média em 2021-23, devido à recuperação no turismo e à entrada de fundos europeus. Após um saldo equilibrado em 2020, a balança corrente e de capital apresenta um excedente de 0,9% do PIB em 2021 e próximo de 2% do PIB em 2022-23. Esta evolução resulta do aumento dos excedentes da balança de serviços – mais notório em 2022-23 – e da balança de capital.

A balança de bens e serviços permanece deficitária, embora em menor grau ao longo do horizonte de projeção. O défice desta balança alarga-se em 2021, para 2,1% do PIB, e reduz-se nos anos seguintes, situando-se em 1,3% do PIB em 2023. O excedente de serviços aumenta ao longo do horizonte, mais marcadamente em 2022-23, refletindo os desenvolvimentos no setor do turismo. Nas trocas de bens, o défice acentua-se ao longo do período de projeção. Em 2021, o alargamento é muito determinado por um efeito de termos de troca relacionado com o preço do petróleo, enquanto nos anos seguintes predomina o efeito volume.

O aumento de recebimentos de fundos europeus tem um impacto positivo nas contas externas. Em média, os recebimentos de fundos europeus deverão representar cerca de 3,9% do PIB em 2021-23 (2,2%, em média, em 2013-19). Estes fundos incluem montantes associados ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-20, que se encontra em fase de finalização, ao QFP 2021-27 e as transferências no âmbito do novo instrumento de resposta à crise pandémica (NGEU). Outros efeitos favoráveis sobre as balanças de rendimentos e de capital decorrem da redução do pagamento de juros da dívida pública ao exterior e do efeito pontual em 2021 da devolução por parte do Fundo Europeu de Estabilização Financeira de montantes pagos por Portugal no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (correspondendo a 0,5% do PIB).

Antecipa-se uma melhoria gradual do mercado de trabalho. A reação do emprego à quebra da atividade em 2020 foi muito atenuada face ao observado em crises anteriores. Este impacto contrasta com uma queda significativa das horas trabalhadas e está associado às medidas de apoio, como o regime de layoff simplificado e os apoios aos trabalhadores independentes. Com a normalização progressiva da atividade, as empresas deverão recorrer inicialmente às margens de subutilização de emprego, particularmente ao aumento das horas trabalhadas, para responder à maior procura.

A retoma gradual nos segmentos mais afetados pela crise e os desafios demográficos também contribuem para um crescimento contido do emprego.

O emprego deverá aumentar 1% em termos médios anuais em 2021-23, enquanto as horas trabalhadas crescerão 2,5%. A recuperação da economia será acompanhada de um aumento da população ativa, com a reentrada de indivíduos desencorajados no mercado de trabalho. No final do horizonte, o emprego e a população ativa situam-se acima dos níveis anteriores à pandemia (respetivamente 1,2% e 0,7% acima da

27



média de 2019). A produtividade por trabalhador aumenta 3,3% por ano em 2021-23, o que, combinado com um aumento moderado dos salários, reduz os custos de trabalho por unidade produzida.

A taxa de desemprego aumenta ligeiramente em 2021 e decresce em 2022-23. Após um aumento em 2020 de 6,6% para 7,0%, a taxa de desemprego sobe para 7,2% em 2021, um valor bastante inferior ao observado durante as duas recessões anteriores. Nos anos seguintes, reduz-se gradualmente, situando-se em 6,8% em 2023. A trajetória de redução da taxa de desemprego será condicionada pela recuperação mais lenta de atividades mais afetadas pela pandemia, que tendem a ser intensivas em trabalho. Com efeito, os dados do desemprego registado nos centros de emprego até abril de 2021 mostram que o desemprego aumentou face aos valores pré-pandemia e se mantém elevado sobretudo no alojamento e restauração, no comércio e nos serviços de apoio. Os setores mais dinâmicos poderão absorver estes trabalhadores, devendo este processo de reafecção de recursos entre setores de atividade ser apoiado pelas políticas públicas. Desta forma, poder-se-ão mitigar dificuldades de reemprego de alguns indivíduos.

Os salários crescem mais moderadamente do que no período pré-pandemia. Os salários apresentam um crescimento médio de 2,3% em 2021-23, após uma variação de 2,9% em 2020 e de 3,7% em 2018-19. A persistência de margens de subutilização do emprego reflete-se num crescimento mais contido dos salários. Adicionalmente, a recuperação de empregos com salários mais baixos gera efeitos composição negativos sobre os salários totais. Em sentido contrário, as projeções incluem o aumento de 4,7% do salário mínimo em 2021.

A inflação aumenta de forma contida ao longo do horizonte de projeção. A taxa de variação anual do índice harmonizado de preços no consumidor, após se situar em -0,1% em 2020,

aumenta para 0,7% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,0% em 2023. Na área do euro, de acordo com as projeções recentemente publicadas pelo BCE, a inflação aumenta para 1,9% em 2021, 1,5% em 2022 e 1,4% em 2023, após 0,3% em 2020. Assim, a inflação em Portugal mantém um diferencial negativo face à área do euro, que em média se situa em -0,7 pp em 2021-23.

Em 2021, as pressões inflacionistas externas sobrepõem-se aos efeitos negativos da crise pandémica. As hipóteses do exercício têm subjacente um forte crescimento do preço do petróleo nos mercados internacionais, que contribui para o aumento de 5,6% dos preços no consumidor de bens energéticos (-5,2% em 2020). Espera-se também uma aceleração significativa dos preços das matérias-primas não energéticas em euros (variação anual de 31,1%), que se reflete num aumento de 2,5% dos preços de importação de bens não energéticos (-1,4% em 2020).

A inflação excluindo a componente energética mantém-se face à observada em 2020, num contexto de recuperação limitada da procura em alguns setores de serviços, em particular ligados ao turismo. Adicionalmente, antecipa-se um menor crescimento dos preços dos bens alimentares, após o aumento significativo em 2020 que refletiu perturbações da oferta e da procura.



27

B
K

Em 2022-23, a inflação excluindo bens energéticos aumenta moderadamente. Este aumento decorre sobretudo de um maior dinamismo dos preços dos serviços. Após as quedas sem precedentes registadas em 2020 dos preços de alguns serviços como os de turismo, cultura e lazer, espera-se uma recuperação gradual destes preços com o aumento da procura. A projeção tem implícita uma recuperação das margens de lucro em 2022-23, após as quedas substanciais durante o período da pandemia. Um fator de moderação da inflação é o menor crescimento esperado dos preços dos bens importados não energéticos. Neste período o contributo da componente energética diminui em linha com as hipóteses assumidas para o preço do petróleo.

Fonte: Boletim Económico de junho de 2021 do Banco de Portugal

4. ENQUADRAMENTO DESPORTIVO

No que ao âmbito desportivo diz respeito, pode-se referir que a época desportiva de 2020/2021, no período de Julho até Dezembro de 2020, ficou aquém do expectável mas ainda assim dentro dos objetivos primordiais do clube, tendo em conta todos os percalços que foram existindo numa época já de si completamente atípica.

Do plantel do Gil Vicente FC, até Dezembro, fizeram parte os jogadores:

- Guarda-redes | Daniel Fuzato, Denis e Brian Araújo.
- Defesas | Joel Pereira, Guilherme Mantuan, Diogo Silva, Rodrigo Prado, Ygor Nogueira, Ruben Fernandes, Tim Hall, João Silva, Henrique Gomes e Souleymane.
- Médios | Vitor Carvalho, Claude Gonçalves, João Afonso, Ahmed, Juan Villa, Lucas Mineiro, Leandro Carvalho.
- Avançados | Lourenço, Fujimoto, Yves Baraye, Samuel Lino, Antoine Leautey, Boubacar Hanne, Miullen Carvalho, Renan Oliveira e Alaa Abbas.

Em Janeiro de 2021, no mercado de inverno saíram os seguintes jogadores: Daniel Fuzato, Tim Hall, Ahmed (empréstimo ao Varzim SC), Juan Villa (empréstimo ao Berço SC), Leandro Carvalho e Renan Oliveira. Em sentido inverso, entraram os jogadores Quentin Beunardeau, Paulo Mota, Pedro Moreira e Pedro Marques.

Em termos desportivos, o Gil Vicente FC realizou 38 jogos oficiais dos quais 34 na Liga NOS e 4 na Taça de Portugal.

No que à pré-época diz respeito, o Gil Vicente FC fez uma pré-época dentro do possível. Em plena pandemia, o que levou a pré-época a começar bastante mais tarde do que o habitual (meados de Agosto), o grupo foi obrigado a seguir um plano rigoroso elaborado pelo departamento médico de forma a reduzir o risco de possíveis contágios. Assim começou por trabalhar por diferentes grupos não sendo possível todo o grupo trabalhar ao mesmo tempo o que condicionou a preparação. A equipa seguiu para estágio de uma semana no Centro de Estágio de Melgaço nos primeiros dias de Setembro, onde era expectável ter mais tempo para trabalhar e fomentar o espírito de grupo. Infelizmente o estágio durou apenas 4 dias, fruto do



27

88

infortúnio que nos assolou com o falecimento do nosso Diretor Geral "Dito". Regressados a Barcelos e aos treinos coletivos depois de 3 dias sem atividade e do abalo emocional, a equipa seguiu a sua preparação para a nova época, mas novo contratempo surgiu 5 dias depois, com o aparecimento de um surto de Covid-19 no seio do grupo (15 casos positivos), que obrigou ao isolamento profilático de 14 dias de todo o plantel e respetivo staff decretado pelo delegado regional de saúde. Conseguiu-se, ainda assim, que os 12 jogadores não positivos ao teste pudessem realizar um estágio de 3 dias, depois de 8 dias em isolamento, sob fortes medidas de prevenção e sem possibilidade de treinos coletivos. O referido surto levou assim ao adiamento da primeira jornada da Liga NOS, marcada para 20 de Setembro. No meio de todos estes contratemplos a equipa realizou apenas 3 jogos de preparação: (Leixões (3-0), Chaves (0-0) e Braga (0-1). A equipa fez o seu primeiro jogo oficial no dia 27 de Setembro na receção ao Portimonense, com apenas 2 treinos coletivos para preparar o jogo depois de 14 dias de paragem.

O Gil Vicente FC realizou 34 jogos na Liga NOS, alcançando o seguinte saldo: venceu 11, empatou 6 e saiu derrotado em 17, totalizando 39 pontos. Facto de realçar é o Gil Vicente ter alterado de treinador principal após a 7ª jornada, quando a equipa tinha apenas 5 pontos, e após 4 desaires consecutivos que levou a equipa ao 17º lugar na classificação no final dessa jornada.

Em termos de diferencial de golos o saldo ficou-se pelos 33 de golos marcados e 42 golos sofridos. A equipa atravessou o pior período entre a 2ª e a 7ª jornada, onde esteve 6 jogos sem vencer, alcançando apenas 2 pontos. Em contrapartida alcançou o seu melhor registo com três vitórias consecutivas entre a jornada 23 e a jornada 25 (Vitoria SC, Nacional, Rio Ave).

Desta forma pode-se concluir no que a Liga NOS 20/21 diz respeito que o Gil Vicente teve uma época positiva, apesar de todos os percalços que a mesma trouxe, nomeadamente a situação pandémica durante toda a época, o surto de covid no grupo de trabalho que levou ao cancelamento da atividade e adiamento de jogos, a perda do nosso Diretor Geral em pleno estágio de pré-temporada, a mudança de treinador, alcançando o principal objetivo do clube para a época em questão, a manutenção na I liga, conseguindo ainda terminar num honroso 11º lugar na classificação final a apenas 4 pontos do 7º lugar.

No que diz respeito à Taça de Portugal Placard a equipa teve uma boa prestação, alcançando os quartos-de-final da prova, sendo eliminado pelo vencedor da anterior edição, FC Porto. Apesar de não ser este o grande objetivo da época, a equipa pretendia chegar o mais longe possível na prova. No referente ao ano de 2020 a equipa ultrapassou duas eliminatórias frente ao Oleiros do Campeonato de Portugal, nas grandes penalidades depois de um empate a 0, e frente ao Leiria, também fora de portas e também do Campeonato de Portugal vencendo por 0-3. Já no ano civil de 2021, nos oitavos-de-final, o Gil Vicente eliminou o Académico de Viseu no Estádio Cidade de Barcelos por 3-2, com recurso a prolongamento, depois de um empate a 2 nos 90 minutos. Posteriormente, como já mencionado acabaria eliminado nos quartos-de-final perante o FC Porto (0-2), em Barcelos.

A Allianz Cup, fruto da época pandémica, teve um formato diferente, onde apenas participaram os 6 primeiros classificados da Liga NOS e os 2 primeiros classificados da Liga Sabseg, pela classificação no final do mês de Novembro.

Fruto desse formato, a nossa equipa não participou na edição deste ano da Allianz Cup.



No final da época desportiva 2020/2021 e tendo em conta todas as condicionantes já referidas anteriormente, pode concluir-se que a época desportiva do Gil Vicente Futebol Clube foi positiva, apesar de ter ficado a sensação que o clube poderia ter feito melhor, acabou por alcançar o principal objetivo da época, a manutenção.

5. ANÁLISE DA ATIVIDADE E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Demonstração dos resultados por naturezas

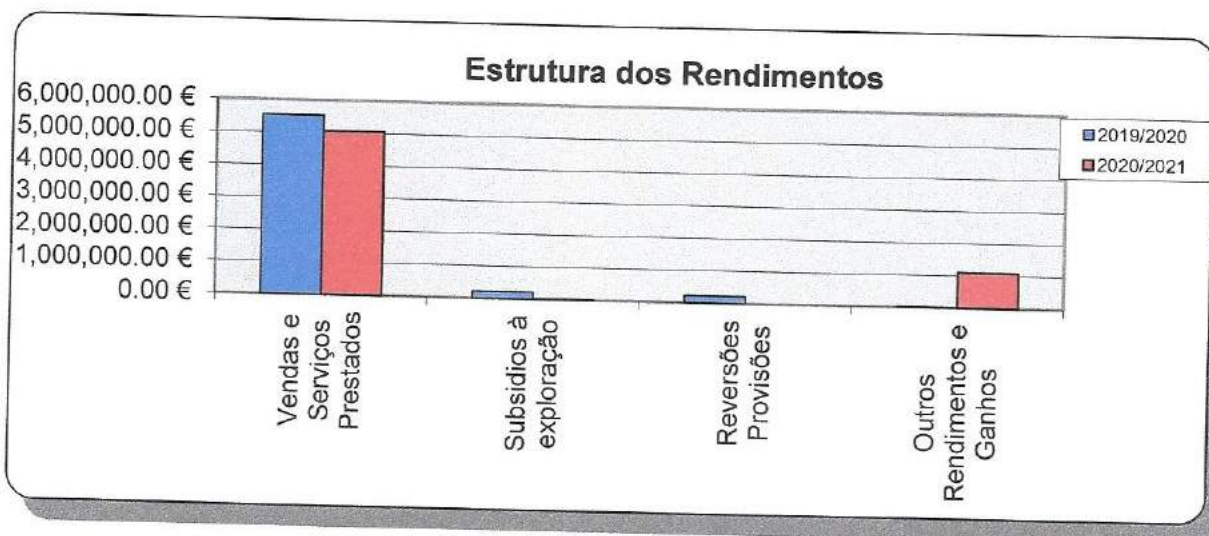
➤ Resultados Económicos

Resultados	30-06-2021	30-06-2020
Resultado Antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos	290.875,06€	(988.194,11€)
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	(76.266,72€)	(1.169.235,73€)
Resultado Antes de Imposto	(180.572,11€)	(1.258.657,06€)
Resultado líquido do período	(186.739,49€)	(1.264.738,94€)

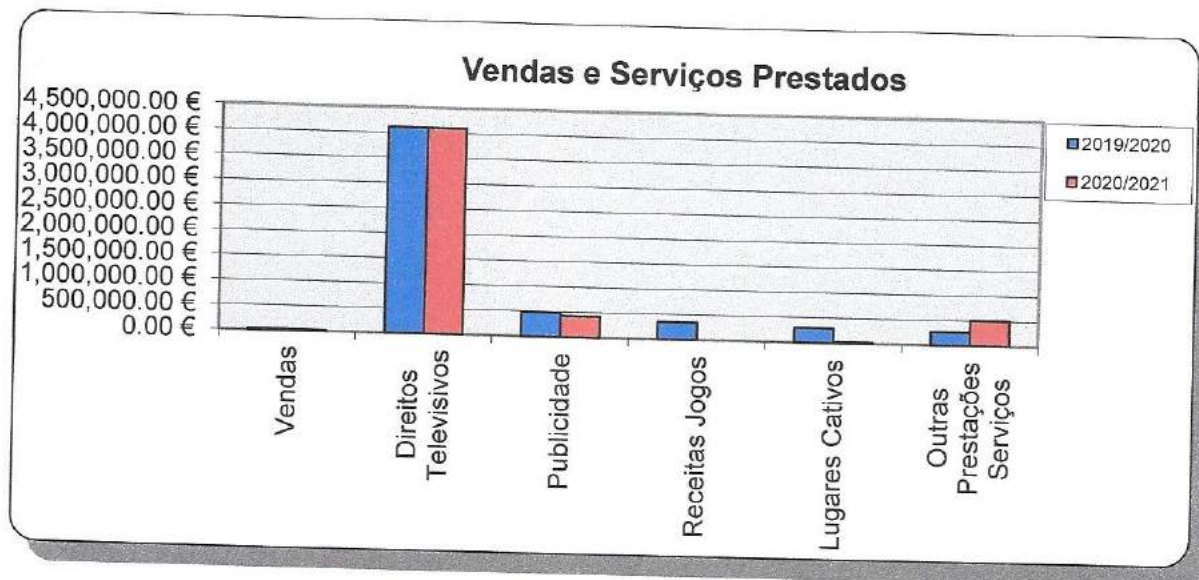
O resultado líquido do período foi negativo em 186.739,49 euros. Podemos referir que existiu um aumento significativo da rubrica de outros rendimentos e ganhos, fruto da venda do Atleta Lucas Izidoro. Face atual situação pandémica que atravessamos, não foi possível o acesso ao público nos estádios, o que levou a um decréscimo de receitas na rubrica de publicidade e cativos. Por sua vez a rubrica de gastos com o pessoal também teve um decréscimo.

➤ Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos e ganhos ascendeu a 6.160.552,52 euros apresentando a seguinte estrutura:

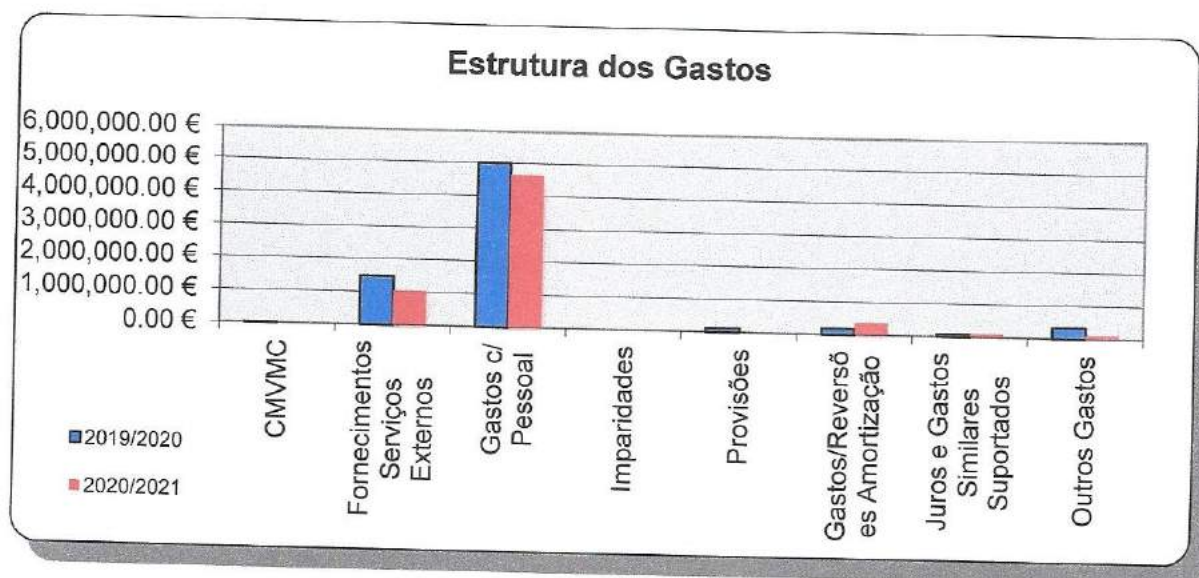


O facto de não haver assistência do público no estádio fez com que o valor dos proveitos desportivos fossem quase nulos. Os direitos televisivos no valor de 4.100.000,00€ representam cerca de 81% da rubrica Vendas e serviços prestados. Os valores relativos a publicidade perfizeram cerca de 8% da rubrica de Vendas e Serviços Prestados atingindo o valor de 419.327,07€



➤ Gastos e Perdas

A rubrica com maior peso na estrutura de gastos do período é a de gastos com o pessoal, seguido da rubrica de Fornecimento e Serviços Externos. Seguidamente, apresentamos um resumo dos gastos registados no período:





Handwritten marks and signatures in the top right corner.

A estrutura de gastos do Clube continua a assentar sobretudo nos "Gastos com o pessoal" e nos "Fornecimentos e serviços externos". A rubrica de Gastos com o pessoal, cujo total atinge aproximadamente 4.657.566,40 euros, ou seja, cerca de 74% dos gastos incorridos no período.

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" têm um peso de cerca de 17% na estrutura de gastos, cujo valor atinge aproximadamente 1.047.969,54€.

Os "Gastos / Reversões de depreciação e de amortização" registaram um valor de 367.141,78 euros e têm no período em análise um peso de cerca de 5.8%.

Os "Gastos com os juros e gastos similares suportados" alcançaram os 104.305,39 euros, com um peso de 1.6% na estrutura de gastos. Este valor respeita, essencialmente, juros suportados, nomeadamente, os relativos a empréstimos bancários.

Em relação aos "Outros gastos", no montante de 116.075,00 euros, verifica-se um peso de cerca de 1.8%.

Conclui-se que, o total de gastos no fim do período em análise atingiu os 6.341.124,63 euros, representando, em termos de estrutura, os "Gastos com o pessoal" e os "Fornecimentos e serviços externos" no seu conjunto cerca de 91% desse total.



27

28

29

Balanço**GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE - FUTEBOL SDUQ, LDA.****Balanço Individual em 30 de junho de 2021**

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	30.jun.21	30.jun.20
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	114,302.07	139,564.04
Ativos intangíveis	5	247,972.22	26,296.44
Investimentos financeiros	6	3,791.25	2,896.93
		366,065.54	168,757.41
Ativo corrente			
Inventários	7	6,579.14	7,314.21
Clientes	8	86,715.67	372,365.38
Estado e outros entes públicos	9	23,434.13	5,332.94
Outros créditos a receber	10	2,787,533.49	2,302,713.08
Diferimentos	11	12,730.62	6,382.15
Caixa e depósitos bancários	12	578,928.38	29,497.64
		3,495,921.43	2,723,605.40
Total do ativo		3,861,986.97	2,892,362.81
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	500,000.00	500,000.00
Outras reservas	13	1,281,822.08	1,281,822.08
Resultados transitados	13	(6,038,435.42)	(4,773,696.48)
Resultado líquido do período		(186,739.49)	(1,264,738.94)
Total do capital próprio		(4,443,352.83)	(4,256,613.34)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	80,500.00	138,482.02
Financiamentos obtidos	15	3,485,199.73	1,639,199.73
		3,565,699.73	1,777,681.75
Passivo corrente			
Fornecedores	16	1,008,907.73	1,008,339.15
Estado e outros entes públicos	9	462,651.06	577,317.94
Financiamentos obtidos	15	1,900,000.00	2,000,000.00
Diferimentos	11	49,166.67	-
Outros passivos correntes	17	1,318,914.61	1,785,637.31
		4,739,640.07	5,371,294.40
Total do passivo		8,305,339.80	7,148,976.15
Total do capital próprio e do passivo		3,861,986.97	2,892,362.81

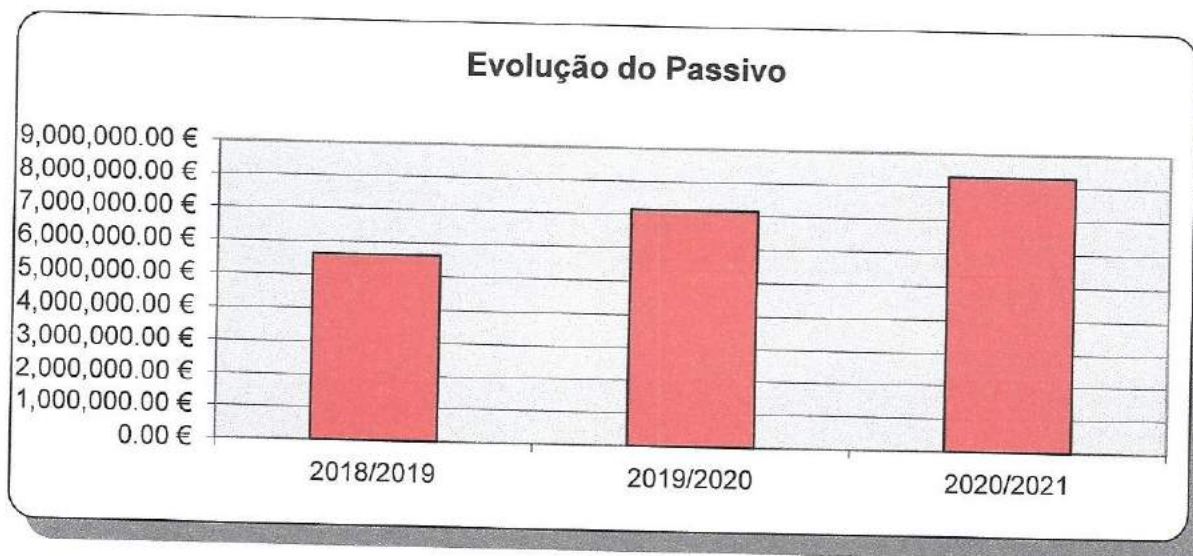
Face ao encerramento da época anterior (30.jun.20) o Ativo Líquido aumentou cerca de 970 mil euros. Esta variação relaciona-se essencialmente com um aumento na conta de outros créditos a receber relacionado com o valor a receber da venda do jogador Lucas Izidoro do Sporting Clube de Braga SAD;

O passivo registou um aumento de cerca de 1.150.000 euros quando comparado com o encerramento da época anterior (30.jun.20). Da análise ao passivo destacam-se:

- as "Provisões" no montante de 80.500,00€, de natureza não corrente;
- as dívidas a Instituições de crédito e particulares no montante de 5.385.199,73 euros, sendo que 3.485.199,73 euros são de natureza não corrente e 1.900.000,00 euros são de natureza corrente;
- as dívidas a "Fornecedores" no montante de 1.008.907,73 euros, de natureza corrente;
- as dívidas ao "Estado e outros entes públicos" no montante de 562.651,06 euros, de natureza corrente;

As dívidas ao "Diferimentos" no montante de 49.166,67 euros, de natureza corrente;

- as dívidas a "Outras dívidas a pagar" no montante de 1.318.914,61 euros de natureza corrente;



6. INVESTIMENTOS NO PERÍODO

No período de 30 de Junho de 2021 (12 meses) foram efetuados investimentos no valor de 3.360,55 euros em ativos fixos tangíveis e 1.230.195,04 euros em ativos fixos intangíveis. Estes valores dizem respeito à aquisição de equipamento básico e ao registo do ativo intangível (passes dos jogadores).



27

7. RECURSOS HUMANOS

78

No período de 30 de Junho de 2021, o n.º médio de pessoas ao serviço foi de 56, incluindo 35 atletas com contrato desportivo profissional e 21 funcionários, registando-se um total de 4.657.566,40 euros de gastos com o pessoal.

8. PERSPETIVAS FUTURAS

Esperemos que o rigor, o empenho e dedicação da Gerência, o trabalho da equipa técnica, administrativa, um plantel construído à medida do orçamento para uma primeira Liga, o apoio dos sócios, adeptos e barcelenses se reflitam em êxitos para a Gil Vicente Futebol Clube – Futebol SDUQ, Lda.

O Gil Vicente Futebol Clube - Futebol, SDUQ, Lda. tem como objetivo primordial manter-se na Primeira Liga e reduzir / liquidar o valor do passivo.

Para que este objetivo seja alcançado, é necessário dividi-lo em objetivos tangíveis:

Vertente Desportiva

- Continuar a procurar integrar jogadores oriundos das camadas jovens no plantel principal para lhes transmitir a mística gilista e a força da juventude o que também não é fácil conseguir-se;
- De uma forma resumida, queremos que o Gil Vicente mantenha-se na 1ª Liga, que o futebol profissional continue a ter êxito no futuro e a prestigiar e afirmar a cidade e o concelho de Barcelos.

Vertente Económica

- Definir estratégias para se conseguir receitas extraordinárias;
- Aguardar a resolução dos tribunais sobre os dois processos do Caso Mateus - em curso - para se eliminar o passivo;
- O Gil Vicente tem de saber confrontar-se com a sua própria sustentabilidade e adaptar critérios de gestão claros, transparentes e de rigor.

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Os eventos ocorridos após a data do balanço, materialmente relevantes e que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço estão refletidos nas demonstrações financeiras da entidade.



Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1. COVID-19

O surto do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus), que apresenta um elevado índice de contágio e resultou na rápida propagação da doença COVID-19 à escala global, a qual apresenta um significativo grau de letalidade e levou à declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020. Os impactos imediatos desta pandemia, designadamente na União Europeia, atingiram uma dimensão sem precedentes na situação de alerta gerada, no esgotamento dos sistemas de saúde e nas severas medidas de contenção e de combate que estão a ser implementadas em inúmeros países, incluindo a declaração pela primeira vez na vigência da atual Constituição do estado de emergência também em Portugal em 18 de março de 2020.

Por todo o mundo assiste-se atualmente a uma súbita desaceleração da atividade económica, em consequência do confinamento temporário a que estiveram sujeitas largas proporções das populações dos países mais afetados nos quais vigoram também fortes restrições à normal atividade económica de múltiplas empresas dos mais variados setores para conter a propagação da doença, cujos impactos, apesar de ainda indeterminados na sua totalidade, permitem já antever um cenário de recessão global.

Em reação a este enquadramento desfavorável, os governos de países dos principais blocos económicos e os respetivos Bancos Centrais, incluindo o BCE, anunciaram medidas orçamentais extraordinárias e alterações na política monetária, que visam atenuar os impactos da crise provocada pela pandemia e estimular a retoma da economia.

Assim, as perspetivas de evolução da atividade da SDUQ na próxima época encontram-se inesperadamente desafiadas pelo impacto que a pandemia vier a provocar, mas também pela reação à mesma por parte das diversas comunidades e dos agentes económicos das geografias em que estamos presentes.

O enquadramento de complexidade acrescida decorrente do impacto do Coronavírus não altera a direção nem diminui a determinação da SDUQ em prosseguir o trabalho de preparação e de transformação que é essencial para capturar as oportunidades de crescimento e de rentabilidade sustentável que estamos certos se vislumbrarão uma vez superadas as adversidades que agora enfrentamos.



No contexto descrito, a SDUQ adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a proteção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades sanitárias, trabalho à distância e segregação de equipas, procurando maximizar a resiliência da organização. Foram ainda consideradas as medidas tomadas pelas autoridades, tendo a SDUQ procurado sempre cumprir todas elas.

Com a declaração da pandemia associada ao coronavírus – COVID-19, as competições desportivas de futebol foram numa primeira fase suspensas, sendo de destacar a suspensão da Liga NOS no dia 12 de março de 2020, a qual veio a ser retomada a 4 de junho e concluída a 26 de julho de 2020. Posteriormente, houve uma retoma das competições desportivas, contudo esta retoma foi efetuada com jogos sem presença de público. A época desportiva de 2021-2022 é marcada pelo regresso de público aos estádios (ainda que com algumas contingências e medidas de segurança).

Os principais aspetos negativos no período em análise, resultam da inexistência de receitas de bilheteira, tanto relativas aos lugares anuais como aos bilhetes jogo a jogo, pela proibição da presença de público nos estádios.

Tendo em conta este cenário, o Gil Vicente SDUQ implementou um conjunto de medidas com objetivo de proteger a saúde dos seus colaboradores, bem como medidas de controlo e/ou redução de custos, que passaram pela flexibilização do pagamento de impostos e contribuições sociais durante a época 2020/2021, no âmbito da legislação aprovada relacionada com o apoio às empresas face à Pandemia Covid 19.

A destacar, no entanto, as seguintes considerações:

Impactos sobre a atividade:

- Quebra significativa das receitas de bilheteira e patrocínios em virtude da ausência de espectadores no estádio;
- quebra do mercado de transferência, o que não permitiu realizar algumas das vendas desejadas;
- aumento dos gastos com os testes a efetuar aos atletas e demais equipa técnica;

Impacto sobre Colaboradores:

- assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores, das suas famílias e das comunidades, é uma prioridade da empresa no atual contexto da pandemia do covid-19;
- implementação de um conjunto de ações preventivas para proteger a saúde e segurança dos nossos Colaboradores, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde;



- realização de uma monitorização continua da evolução da doença nos diferentes países e das recomendações emanadas pelos organismos de saúde competentes, reavaliando necessidade de novas medidas sempre que outros dados específicos o possam justificar.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade da empresa será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

10.2. Informações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Até ao período de 30 de Junho de 2021 a Entidade não concedeu empréstimos ou créditos a Gerentes, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, nem facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

10.3. Dívidas ao Pessoal

Não existem salários em atraso a jogadores da equipa profissional e elementos da equipa técnica. Do montante registado em 30.06.2021, na rubrica de Pessoal, no valor de 453.258,22 euros, encontram-se por liquidar, à presente data, 170.606,27 euros, repartidos da seguinte forma:

- 9.669,15 euros referentes a dívidas anteriores a 1 de julho de 2017; e
- 26.400,48 euros que dizem respeito a prémios de assinaturas e rescisões de contratos celebrados na presente época desportiva.
- 134.536,64 euros que dizem respeito a prémio de assinatura e outros e rescisões de contratos.

10.4. Perda de Metade do Capital Social

Pelas contas do período, está perdida mais de metade do capital societário, em virtude dos resultados negativos acumulados de 6.225.179,91 euros (incluindo o resultado líquido do período), a Entidade encontra-se na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Nesta conformidade, é intenção do Órgão de Gestão da Entidade propor ao sócio único a tomada de medidas necessárias



27

76

88

previstas naquele clausulado tendentes à regularização da situação, em prol da continuidade das operações.

10.5. Continuidade das operações

Embora as demonstrações financeiras da SDUQ, em 30 de junho de 2021, evidenciem um total do capital próprio muito negativo em aproximadamente 4,4 milhões de euros e um passivo corrente superior ao ativo corrente em cerca de 1,2 milhões de euros, é convicção da gerência do Gil Vicente que a continuidade das operações da SDUQ se encontra assegurada.

Esta convicção é suportada: (i) nos financiamentos concedidos pelos associados do clube, permitindo que a SDUQ cumpra as suas obrigações perante terceiros (ii) na garantia dada pelos financiadores privados (associados do clube) que os seus empréstimos, classificados no passivo não corrente (cerca de 1,3 milhões de euros), serão utilizados para futuros aumentos de capital, ou apenas serão exigíveis quando a situação financeira do clube o permitir; (iii) na possibilidade de desfecho favorável do caso Mateus, situação que possibilitará ao clube ser indemnizado pelos danos sofridos pelo afastamento da 1ª Liga. Esta indemnização não só permitirá ao clube solver os seus compromissos financeiros como também cobrir resultados transitados negativos da SDUQ, capitalizando por esta via esta entidade (iv) na previsão do eventual encaixe financeiro e/ou financiamento de créditos garantidos com a alienação de direitos desportivos de jogadores, tal como tem vindo a ser prática nos exercícios anteriores.

10.6. Processos Judiciais em Curso

Foram durante este período constituídas provisões para processos judiciais sempre que após a avaliação das contingências foi possível estimar com alguma fiabilidade o impacto dessas situações nas demonstrações financeiras da SDUQ. A avaliação dos processos judiciais que podem implicar contingências para a SDUQ foi efetuada tendo por base a resposta do advogado da entidade:

- Reclamação na FIFA - AS Beziers. O valor proposto da ação foi de 30.013,70€. Este processo encontra-se aguardar julgamento. A estimativa final relativamente a este processo foi 30.013,70 €.
- Processo Fernando Santos, O valor proposto da ação foi de 235.295,67€. Este processo encontra-se aguardar julgamento. A estimativa final relativamente a este processo foi revista para 75 mil euros, pelo que houve necessidade de reforçar a provisão em cerca de 17,5 mil euros;

Relativamente à redução da rubrica de provisões para processos judiciais em curso, no montante de 105.567,72 euros, relacionam-se com o encerramento dos seguintes processos:

- 7.839,76 euros referente ao processo do Grupo Desportivo de Cachão que o GVFC teve que pagar;
- 60 mil euros referente ao processo do Cruzeiro Esporte Clube. O GVFC teve que pagar 60.439,31 euros;



27

- 7.714,26 euros referente à injunção de B.L.A. Sport Equipamentos Desportivos, Lda.. Também neste processo o GVFC teve que pagar o valor peticionado.Outras Informações; e
- Reclamação na FIFA - AS Beziers, constituída no 1º semestre da época de 2020-2021, foi revertida na sua totalidade (30.013,70€).

76

10.7. Outras Informações

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de Junho de 2021 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 13 de setembro de 2021.

10.8. Gestão do risco

As atividades da SDUQ expõem a entidade a diversos riscos que podem ter um efeito significativo nos resultados, fluxos de caixa e posição financeira, dos quais se destacam: risco de mercado (risco de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A entidade procura minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão do risco é efetuada de acordo com as políticas aprovadas pela gerência, a qual avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com a Direcção Financeira. A gerência providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

10.9. Risco de taxa de juro

A SDUQ encontra-se exposta ao risco de taxa de juro nos financiamentos obtidos e empréstimos concedidos. Os financiamentos obtidos a taxas de juro variáveis expõem a entidade ao risco de variabilidade dos fluxos de caixa pela alteração das taxas de mercado. A Sociedade não tem vindo a seguir qualquer política de cobertura de risco de taxa de juro. As suas operações são contratadas com base nas suas necessidades de financiamento da atividade.

10.10. Risco de crédito

A Sociedade avalia os riscos de recuperação dos saldos em aberto através da análise da situação financeira e outro relevante, registando perdas de imparidade que apure serem necessárias.

10.11. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Sociedade é realizada com base nos compromissos celebrados com os seus devedores e credores, tentando sempre que possível adequar os cash flows entre os seus ativos e passivos de forma a encontrar um equilíbrio entre recebimentos e pagamentos.



10.12. Risco de câmbio

As transações em moeda estrangeira são raras e de muito curto prazo, pelo que não se encontra implementado um processo formal de gestão deste risco.

10.13. Risco desportivo

O risco desportivo é o risco de que alterações nos preços de transação dos ativos intangíveis, nomeadamente a nível de aquisição e alienação de direitos de jogadores, possam influenciar os resultados e capitais próprios da Sociedade.

No âmbito deste risco desportivo, incluem-se variações todas as problemáticas relacionadas com o mercado de transferências, nomeadamente pela oferta e procura de futebolistas com um conjunto específico de qualidades, pelos resultados desportivos passados, pela existência de lesões graves ou por outras situações que originam a desvalorização dos atletas, bem como por fatores que determinem a desvinculação antecipada da Sociedade. Para obviar a estes riscos, a Sociedade contrata olheiros e serviços de scouting, técnicos e equipa médica qualificada, apostando numa política desportiva assente na complementaridade de atletas oriundos da formação com outros atletas de reconhecido valor nacional e internacional.

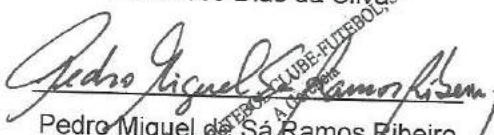
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

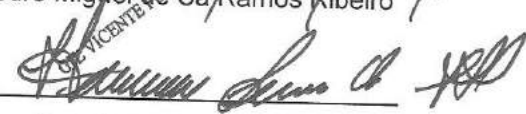
No período económico de 2020/2021 o Gil Vicente Futebol Clube - Futebol SDUQ, Lda. obteve um resultado líquido do período negativo de 186.739,49 euros, para o qual a Gerência propõe que seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Barcelos, 13 de setembro de 2021

O Órgão de Gestão,


Francisco Dias da Silva

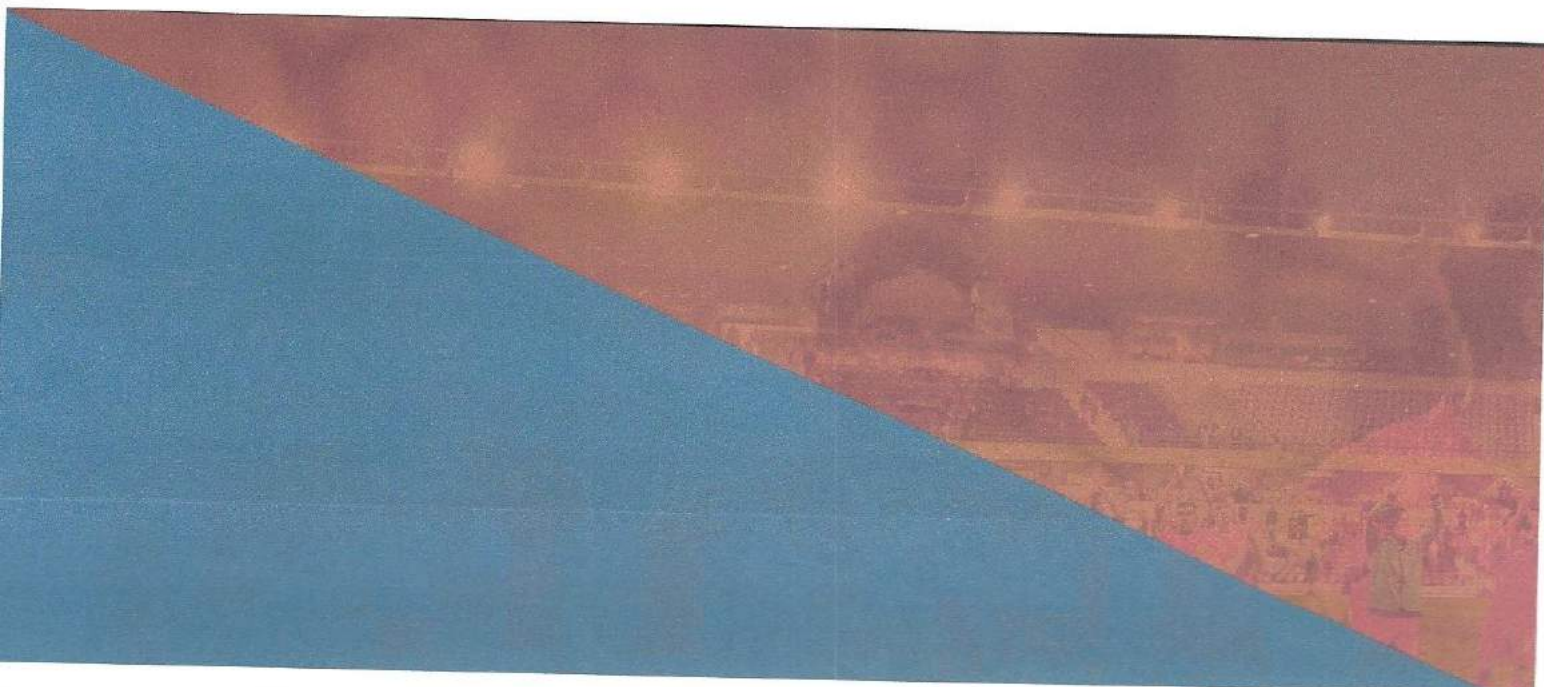

Pedro Miguel de Sá Ramos Ribeiro


Francisco Senra da Silva



Demonstrações Financeiras **30-06-2021**

Época 2020/2021





BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 (MODELO REDUZIDO)

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE - FUTEBOL SDUQ, LDA.

Balanço Individual em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em euros)			
Rubricas	Notas	30.jun.21	30.jun.20
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	114.302,07	139.564,04
Ativos intangíveis	5	247.972,22	26.296,44
Investimentos financeiros	6	3.791,25	2.896,93
		366.065,54	168.757,41
Ativo corrente			
Inventários	7	6.579,14	7.314,21
Clientes	8	86.715,67	372.365,38
Estado e outros entes públicos	9	23.434,13	5.332,94
Outros créditos a receber	10	2.787.533,49	2.302.713,08
Diferimentos	11	12.730,62	6.382,15
Caixa e depósitos bancários	12	578.928,38	29.497,64
		3.495.921,43	2.723.605,40
Total do ativo		3.861.986,97	2.892.362,81
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	500.000,00	500.000,00
Outras reservas	13	1.281.822,08	1.281.822,08
Resultados transitados	13	(6.038.435,42)	(4.773.696,48)
Resultado líquido do período		(186.739,49)	(1.264.738,94)
Total do capital próprio		(4.443.352,83)	(4.256.613,34)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	80.500,00	138.482,02
Financiamentos obtidos	15	3.485.199,73	1.639.199,73
		3.565.699,73	1.777.681,75
Passivo corrente			
Fornecedores	16	1.008.907,73	1.008.339,15
Estado e outros entes públicos	9	462.651,06	577.317,94
Financiamentos obtidos	15	1.900.000,00	2.000.000,00
Diferimentos	11	49.166,67	-
Outros passivos correntes	17	1.318.914,61	1.785.637,31
		4.739.640,07	5.371.294,40
Total do passivo		8.305.339,80	7.148.976,15
Total do capital próprio e do passivo		3.861.986,97	2.892.362,81

Barcelos, 13 de setembro de 2021

Órgão de Gestão,

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE-FUTEBOL, SDUQ, LDA.

1ª Gerência

A Contabilista Certificada n.º 85550,

Silvia Maria Oliveira dos Santos
RELATÓRIO E CONTAS 30-06-2021
ÉPOCA 2020/2021



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 (MODELO REDUZIDO)

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE - FUTEBOL SDUQ, LDA.

Demonstração Individual dos Resultados por natureza em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	2020-2021 12 MESES	2019-2020 12 MESES
Vendas e serviços prestados	18	5.061.746,81	5.531.448,15
Subsídios à exploração	19	3.749,43	213.941,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(12.844,52)	(19.824,07)
Fornecimentos e serviços externos	20	(1.047.969,54)	(1.484.036,90)
Gastos com o pessoal	21	(4.657.566,40)	(5.008.390,52)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(17.650,00)	-
Provisões (aumentos/reduções)	14	(17.572,00)	93.469,71
Outros rendimentos	22	1.095.056,28	23.578,69
Outros gastos	23	(116.075,00)	(338.380,74)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		290.875,06	(988.194,11)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4; 5	(367.141,78)	(181.041,62)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(76.266,72)	(1.169.235,73)
Juros e gastos similares suportados	24	(104.305,39)	(89.421,33)
Resultado antes de impostos		(180.572,11)	(1.258.657,06)
Imposto sobre o rendimento do período	9	(6.167,38)	(6.081,88)
Resultado líquido do período		(186.739,49)	(1.264.738,94)

Barcelos, 13 de setembro de 2021

O Órgão de Gestão,

A Contabilista Certificada n.º 85550,

Silvia Pires Gonçalves

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE-FUTEBOL, SDUQ, LDA.

A Gerência

Pedro Miguel Silva Fernandes



ANEXO EM 30 DE JUNHO DE 2021 (MODELO REDUZIDO)

CONTAS ANUAIS (ÉPOCA 2020/2021)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Gil Vicente Futebol Clube - Futebol, SDUQ, LDA. (doravante designada por Entidade ou Gil Vicente), é uma sociedade desportiva sob a forma de sociedade unipessoal por quotas, constituída em 11 de maio de 2013, que tem por objeto a participação nas competições profissionais de futebol, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

É possuidora do NIPC 510 692 397 e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos, com o mesmo número.

As presentes demonstrações financeiras constituem as demonstrações financeiras anuais, abrangendo o período de 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Por se tratar de uma “pequena entidade”, nos termos do n.º 2 do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou o conceito de “pequenas entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a Entidade optou por adotar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE), a qual foi publicada pelo Aviso n.º 8257/2015, que consta do Diário da República n.º 146, II série, de 29 de julho de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas de seguida.



a. BASES DE APRESENTAÇÃO

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos do Gil Vicente, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Embora as demonstrações financeiras da SDUQ, em 30 de junho de 2021, evidenciem um total do capital próprio muito negativo em aproximadamente 4,4 milhões de euros e um passivo corrente superior ao ativo corrente em cerca de 1,2 milhões de euros, é convicção da gerência do Gil Vicente que a continuidade das operações da SDUQ se encontra assegurada.

Esta convicção é suportada: (i) nos financiamentos concedidos pelos associados do clube, permitindo que a SDUQ cumpra as suas obrigações perante terceiros (ii) na garantia dada pelos financiadores privados (associados do clube) que os seus empréstimos, classificados no passivo não corrente (cerca de 3 milhões de euros), serão utilizados para futuros aumentos de capital, ou apenas serão exigíveis para a situação financeira do clube o permitir; (iii) na possibilidade de desfecho favorável do caso Mateus, situação que possibilitará ao clube ser indemnizado pelos danos sofridos pelo afastamento da 1ª Liga. Esta indemnização não só permitirá ao clube solver os seus compromissos financeiros como também cobrir resultados transitados negativos da SDUQ, capitalizando por esta via a entidade (iv) na previsão do eventual encaixe financeiro e/ou financiamento de créditos garantidos com a alienação de direitos desportivos de jogadores, tal como tem vindo a ser prática nos exercícios anteriores.

Regime de acréscimo (periodização económica)

O Gil Vicente reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. O Gil Vicente não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.



Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Informação Comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas no período são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2020.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

Com a declaração da pandemia associada ao coronavírus – COVID-19, as competições desportivas de futebol foram suspensas, sendo de destacar a suspensão dos jogos referentes à época de 19-20 da Liga NOS em 12 de março de 2020, a qual veio a ser retomada a 4 de junho e concluída a 26 de julho de 2020. Desta forma, uma parte da competição foi disputada no decorrer do exercício 2020/21, o que significa que o reconhecimento do rédito relacionado com as receitas de televisão e alguns contratos de patrocínio foram especializados para o exercício de 2019-2020. Adicionalmente, a retoma das competições desportivas, foi efetuada com jogos sem presença de público representando uma redução das receitas de bilheteira. Houve ainda um aumento considerável dos gastos relacionados com a testagem de atletas e pessoal técnico para corresponder às exigências da Direção Geral da Saúde.

Assim, quer as receitas da época de 2020-2021 quer os gastos foram afetados em virtude das medidas impostas que combate ao vírus SARS-COV2.



b. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

27
28
29

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Gil Vicente são apresentadas em euros (€). O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Não ocorreram transações em moeda estrangeira.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método de linha reta após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Órgão de Gestão da Entidade, e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo da Entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuído ao bem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, que se encontram nos mapas de amortização da Entidade.

	Anos de Vida Útil
Equipamento Básico	4 - 8
Equipamento de Transporte	2 - 8
Equipamento Administrativo	3 - 10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 - 4

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são reconhecidas como gasto no período em que ocorram. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram nas condições necessárias ao seu funcionamento e passarão a ser depreciados a partir do ano em que estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de



27

28

alienação do ativo, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método de linha reta após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Órgão de Gestão do Gil Vicente, e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil.

Participações Financeiras

As partes de capital em entidades cuja participação financeira ou influência por parte da Entidade não excede os 20% do capital social são reconhecidas ao custo de aquisição, deduzidos das Perdas por Imparidade acumuladas.

Inventários

As mercadorias são valorizadas ao menor valor entre o custo de aquisição e o respetivo valor de mercado.

É reconhecida uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Clientes e Outros Créditos a Receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", de forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal o Gil Vicente tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Imposto Sobre o Rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17%, para os primeiros 15.000,00 € de matéria coletável, e 21% para a matéria coletável remanescente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,2% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.



2
A
76
A

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos períodos de 2017 (época desportiva 2017/2018) e seguintes ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Classificação de Capital Próprio e Passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são reconhecidos pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o órgão de gestão procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Financiamentos Obtidos

Os empréstimos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

V
1
A
B
C

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio de acréscimo, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são reconhecidos no capital próprio, líquidos do imposto a pagar, nos termos da nota de enquadramento da conta 593, e imputados na demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações e amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras remunerações adicionais decididas pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo de acordo com o anteriormente referido.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas



2, 1
X
X
X

pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) provisões;
- iii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e ativos fixos tangíveis;
- iv) especializações;
- v) estimativa de imposto corrente; e
- vi) outras estimativas de menos relevância.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Órgão de Gestão da Entidade baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das Demonstrações Financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospectiva.



4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos períodos findos de 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho de 2020 foi o seguinte:

	Saldo em 01-jul-19	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 30-jun-20
Valor Bruto						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	47.933,00	-	(47.933,00)	-	-	(0,00)
Equipamento Básico	40.863,94	61.239,08	-	-	-	102.103,02
Equipamento de Transporte	90.475,00	19.300,00	-	-	-	109.775,00
Equipamento Administrativo	4.813,24	-	-	-	-	4.813,24
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.002,45	-	-	-	-	2.002,45
	186.087,63	80.539,08	(47.933,00)	-	-	218.693,71

Depreciações Acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	2.105,61	-	(2.105,61)	-	-	-
Equipamento Básico	2.192,94	12.105,10	-	-	-	14.298,04
Equipamento de Transporte	43.386,45	16.678,14	-	-	-	60.064,59
Equipamento Administrativo	3.404,11	630,34	-	-	-	4.034,45
Outros Ativos Fixos Tangíveis	557,66	174,93	-	-	-	732,59
	51.646,77	29.588,51	(2.105,61)	-	-	79.129,67

	Saldo em 01-jul-20	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 30-jun-21
Valor Bruto						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	(0,00)	0,00	-	-	-	-
Equipamento Básico	102.103,02	3.360,55	-	-	-	105.463,57
Equipamento de Transporte	109.775,00	-	-	-	-	109.775,00
Equipamento Administrativo	4.813,24	-	-	-	-	4.813,24
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.002,45	-	-	-	-	2.002,45
	218.693,71	3.360,55	-	-	-	222.054,26

Depreciações Acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento Básico	14.298,04	13.070,02	-	-	-	27.368,06
Equipamento de Transporte	60.064,59	14.850,00	-	-	-	74.914,59
Equipamento Administrativo	4.034,45	452,20	-	-	-	4.486,65
Outros Ativos Fixos Tangíveis	732,59	250,30	-	-	-	982,89
	79.129,67	28.622,52	-	-	-	107.752,19

Quantia Escriturada	139.564,04					114.302,07
----------------------------	-------------------	--	--	--	--	-------------------

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetados à única atividade da Entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respectivas amortizações, nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho de 2020 foi o seguinte:



27

Handwritten signature and initials.

	Saldo em 01-jul-19	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Regularizações	Saldo em 30-jun-20
Valor Bruto					
Direitos Desportivos do Plantel	-	-	-	-	0,00
João Paulo Dias Fernandes	-	-	-	-	0,00
VITOR TORMENA DE FARIAS	-	-	-	-	0,00
BOGDAN MLADENOVIC	-	-	-	-	0,00
Ruben Miguel Marques Fernandes	-	8.000,00	-	-	8.000,00
Rodrigo de Souza Prado	-	3.200,00	-	-	3.200,00
Romário Baldé	-	12.000,00	-	-	12.000,00
Lourenço do Nascimento Rodrigues	-	3.750,00	-	-	3.750,00
Arthur Henrique Santos	-	20.000,00	-	-	20.000,00
Zakaria Naidji	-	62.000,00	-	-	62.000,00
Leonardo Cordeiro de Lima Silva	-	5.400,00	-	-	5.400,00
William Soares da Silva	-	5.000,00	-	-	5.000,00
Sandro Cesar Cordovil de Lima	-	15.000,00	-	-	15.000,00
Bertrand Yves Baraye	-	20.000,00	-	-	20.000,00
Joaquim Claude Araujo	-	15.642,90	-	-	15.642,90
Vitor Carvalho Vieira	-	10.000,00	-	-	10.000,00
	0,00	179.992,90	-	0,00	179.992,90
Amortizações Acumuladas					
Direitos Desportivos Plantel	-	153.696,46	-	-	153.696,46
	0,00	153.696,46	-	0,00	153.696,46
Quantia Escriturada					
	0,00				26.296,44

	Saldo em 01-jul-20	Aquisições/ Dotações	Alienações	Abate	Saldo em 30-jun-21
Valor Bruto					
4445116* Ruben Miguel Marques Fernandes	8.000,00	8.000,00	-	-	16.000,00
4445117* Rodrigo de Souza Prado	3.200,00	-	-	(3.200,00)	0,00
4445118* Romário Baldé	12.000,00	-	-	(12.000,00)	0,00
4445119* Lourenço do Nascimento Rodrigues	3.750,00	4.000,00	-	(7.750,00)	0,00
4445120* Arthur Henrique Santos	20.000,00	-	-	(20.000,00)	0,00
4445121* Zakaria Naidji	62.000,00	-	-	(62.000,00)	0,00
4445122* Leonardo Cordeiro de Lima Silva	5.400,00	-	-	(5.400,00)	0,00
4445123* William Soares da Silva	5.000,00	-	-	(5.000,00)	0,00
4445124* Sandro Cesar Cordovil de Lima	15.000,00	-	-	(15.000,00)	0,00
4445125* Bertrand Yves Baraye	20.000,00	-	-	(20.000,00)	0,00
4445126* Joaquim Claude Araujo	15.642,90	1.195,04	-	(16.837,94)	0,00
4445127* VITOR CARVALHO VIEIRA	10.000,00	-	-	-	10.000,00
4445128* Diogo da Costa Silva	-	25.000,00	-	-	25.000,00
4445129* LUCAS DA SILVA ISIDORO	-	810.000,00	(670.000,00)	(140.000,00)	0,00
4445130* Joel Pereira	-	5.000,00	-	(5.000,00)	0,00
4445131* Tim Hall	-	-	-	-	0,00
4445132* Kanya Fujimoto	-	52.000,00	-	-	52.000,00
4445133* Pedro Moreira	-	25.000,00	-	-	25.000,00
4445134* Samuel Lino	-	300.000,00	-	-	300.000,00
	179.992,90	1.230.195,04	-670.000,00	-312.187,94	428.000,00
Amortizações Acumuladas					
4484* Direitos Desportivos Plantel	153.696,46	338.519,23	-	(312.187,94)	180.027,75
	153.696,46	338.519,23	-	-312.187,94	180.027,75
Quantia Escriturada					
	26.296,44				247.972,25



6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho de 2020 a rubrica "Investimentos Financeiros" tinha a seguinte composição:

	30.jun.21	30.jun.20
PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	535,00	535,00
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	3.256,25	2.361,93

7. INVENTÁRIOS

Em 30 de Junho de 2021 a rubrica "Inventários" tinha a seguinte composição:

	30.jun.21	30.jun.20
MERCADORIAS	6.579,14	7.314,21
Inventários	6.579,14	7.314,21

Em 30 de Junho de 2021 a rubrica "CMVMC" tinha a seguinte composição:

	2020/2021 12 meses	2019/2020 12 meses
MERCADORIAS - Existência inicial	7.314,21	618,02
COMPRAS	15.908,93	29.290,25
MERCADORIAS - Existência Final	6.579,14	7.314,21
REGULARIZACAO DE EXISTENCIAS	-3.799,48	-2.769,99
CMVMC	12.844,52	19.824,07

Os inventários incluem essencialmente merchandising do Gil Vicente FC.

8. CLIENTES

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho de 2020 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	30.jun.21	30.jun.20
Clientes c/c	86.715,67	372.365,38
Clientes Cobrança Duvidosa	17.650,00	0,00
	104.365,67	372.365,38
Perdas por imparidade acumuladas	(17.650,00)	0,00
Clientes	86.715,67	372.365,38



A decomposição da rubrica de clientes em 30 de junho de 2021 é a seguinte:

Descrição	jun.21
LEIXOES SPORT CLUBE FUTEBOL S.A.D.	57.195,00
SABSEG DESPORTO SEGURO, LDA	7.500,00
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE FAFE, FUTEBOL SAD	5.166,00
SANIGALOS - COMERCIO REP. SANITARIOS, LDA	4.362,49
CARNES MEIRELES - TALHO CAMPINO	3.075,00
JOSAR - ETIQUETAS LDA	2.594,93
BERÇO SPORT CLUBE	2.500,00
CIN - CORP. INDUSTRIAL NORTE, SA	1.230,00
BH INSURANSE SOLUTION UNIP., LDA	984,00
DUARTE NUNO SOUSA LDA	615,00
MELB - REPARAÇÕES AUTO UNIPESOAAL LDA	369,00
BH ACCOUNTING SERVICES, LDA	369,00
INFORCAVADO - INFORMATICA, LDA	246,00
SOCIEDADE DA AGUA DE MONCHIQUE S.A.	196,59
INVICTUSGOLD LDA	184,50
FARQUIM - ESSO GAZ	100,46
IRMAOS SILVA FONSECA - COM. MOLDURAS, LDA	27,70
Clientes	86.715,67

A rubrica de perdas por imparidade teve os seguintes movimentos no período:

	jun.21
Saldo 1 janeiro	0,00
Aumento	17.650,00
Reversão	0,00
Regularizações	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	17.650,00

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a rubrica "Estado e outros entes públicos", no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	30.jun.21	30.jun.20
Imposto sobre o rendimento	23.427,45	5.326,26
RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	6,68	6,68
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	0,00	0,00
Estado (Ativo)	23.434,13	5.332,94
	30.jun.21	30.jun.20
Contribuições para a segurança social	47.477,08	64.538,70
RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	106.895,83	315.607,41
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	294.016,76	189.077,82
Outras tributações	8.094,01	8.094,01
Imposto sobre o rendimento	6.167,38	0,00
Estado (Passivo)	462.651,06	577.317,94



27
28
29

A entidade não apresenta situação de mora perante o Estado ou Segurança Social, tendo, contudo, aderido ao plano de flexibilização de pagamentos no âmbito do pacote de medidas do governo para combater os impactos económicos da Pandemia COVID-19.

Relativamente ao IRC do período o imposto estimado deve-se exclusivamente a tributações autónomas:

	30.jun.21	30.jun.20
Imposto corrente	(6.167,38)	(6.081,88)
Imposto diferido	0,00	0,00
	(6.167,38)	(6.081,88)

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	30.jun.21	30.jun.20
Gil Vicente Futebol Clube	977.073,31	1.078.519,26
Venda do passe do atleta Vítor Tormena	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.806.718,63	1.193.271,32
Federação Portuguesa de Futebol	615,00	15.231,66
VENCIMENTOS EPOCA	0,00	3.775,00
Outros Devedores	3.126,55	11.915,84
Outros créditos a receber	2.787.533,49	2.302.713,08

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos relaciona-se essencialmente com a transferência o futebolista Lucas da Silva Izidoro para o Sporting Clube de Braga (1,5 milhões de euros) e as receitas referentes ao mecanismo de solidariedade relativamente aos futebolistas Paulinho (235.397,30 euros do Sporting Clube de Portugal), Zé Luís (44.312,78 euros) e Zaidu (5.171,24 euros do Futebol Clube do Porto).

11. DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	30.jun.21	30.jun.20
RAMO AUTOMOVEL	1.139,38	939,45
ACIDENTES TRABALHO	1.894,15	1.894,58
RESPONSABILIDADE CIVIL	1.495,09	1.253,12
VIAGENS	6.742,00	0,00
DIVERSOS	1.460,00	2.445,00
Diferimentos - Gastos a Reconhecer (Ativo)	12.730,62	6.532,15



	30.jun.21	30.jun.20
Lugares Anuais/Cativos	5.000,00	0,00
Publicidade	44.166,67	0,00
Diversos	0,00	0,00
Diferimentos - Rendimentos a Reconhecer (Passivo)	49.166,67	0,00

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	30.jun.21	30.jun.20
Caixa	447,63	1.830,22
Depósitos à ordem	578.480,75	27.667,42
Meios Financeiros Líquidos	578.928,38	29.497,64

13. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a rubrica do Capital Próprio tinha a seguinte composição:

	30.jun.21	30.jun.20
Capital subscrito	500.000,00	500.000,00
Prémios de Emissão	1.281.822,08	1.281.822,08
Resultados Transitados	(6.038.435,42)	(4.773.696,48)
Resultado Líquido do Período	(186.739,49)	(1.264.738,94)
Capital Próprio	(4.443.352,83)	(4.256.613,34)

No dia dez de maio de dois mil e treze foi constituída a sociedade Gil Vicente Futebol Clube, Futebol, SDUQ, Lda. nos termos da alínea c) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro, resultante da personalização jurídica da equipa do Gil Vicente Futebol Clube que participa nas competições profissionais de futebol. No ato da constituição, o clube fundador, Gil Vicente Futebol Clube, transferiu para a sociedade desportiva a totalidade dos direitos e obrigações de que era titular e que se encontravam afetos à participação nas competições desportivas profissionais de futebol e que passaram a integrar o objeto social da sociedade desportiva, no valor global líquido de 1.781.822,08 euros, os quais tiveram como destino a realização da totalidade do seu capital social no montante de 500.000,00 euros, tendo o remanescente, no valor de 1.281.822,08 euros, sido reconhecido como um ágio (prémio de emissão) no capital próprio da mesma.

As variações ocorridas no período na rubrica de resultados transitados relaciona-se exclusivamente com a aplicação do resultado líquido do período anterior.

14. PROVISÕES

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a rubrica de "Provisões" tinha a seguinte composição:

Processos judiciais em curso	30.jun.20	Aumentos	Reduções	30. jun.21
MGB Agency - Proc. 2287/17.0T8BRG	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00
B.L.A. Sport Equipamentos Desportivos, Lda. (Injunção)	7.714,26	0,00	7.714,26	0,00
Cruzeiro Esporte Clube	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00
FERNANDO SANTOS	57.428,00	17.572,00	0,00	75.000,00
Cachão	7.839,76	0,00	7.839,76	0,00
FIFA - AS Beziers	0,00	30.013,70	30.013,70	0,00
Provisões para processos judiciais	138.482,02	47.585,70	105.567,72	80.500,00

Outros riscos e encargos	30.jun.20	Aumentos	Reduções	30. jun.21
Bogdan	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para outros riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de provisões	138.482,02	47.585,70	105.567,72	80.500,00

Foram durante este período constituídas provisões para processos judiciais sempre que após a avaliação das contingências foi possível estimar com alguma fiabilidade o impacto dessas situações nas demonstrações financeiras da SDUQ. A avaliação dos processos judiciais que podem implicar contingências para a SDUQ foi efetuada tendo por base a resposta do advogado da entidade:

- Reclamação na FIFA - AS Beziers. O valor proposto da ação foi de 30.013,70€. Este processo encontra-se aguardar julgamento. A estimativa final relativamente a este processo foi 30.013,70 €.

- Processo Fernando Santos, O valor proposto da ação foi de 235.295,67€. Este processo encontra-se aguardar julgamento. A estimativa final relativamente a este processo foi revista para 75 mil euros, pelo que houve necessidade de reforçar a provisão em cerca de 17,5 mil euros;

Relativamente à redução da rubrica de provisões para processos judiciais em curso, no montante de 105.567,72 euros, relacionam-se com o encerramento dos seguintes processos:

- 7.839,76 euros referente ao processo do Grupo Desportivo de Cachão que o GVFC teve que pagar;
- 60 mil euros referente ao processo do Cruzeiro Esporte Clube. O GVFC teve que pagar 60.439,31 euros;
- 7.714,26 euros referente à injunção de B.L.A. Sport Equipamentos Desportivos, Lda.. Também neste processo o GVFC teve que pagar o valor peticionado.Outras Informações; e
- Reclamação na FIFA - AS Beziers, constituída no 1º semestre da época de 2020-2021, foi revertida na sua totalidade (30.013,70€).



15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a rubrica de "Financiamentos obtidos" tinha a seguinte composição:

	30.jun.21		30.jun.20	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimo Bancários	460.000,00	1.900.000,00	300.000,00	2.000.000,00
Outros Empréstimos	3.025.199,73	0,00	1.339.199,73	0,00
Contas Caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.485.199,73	1.900.000,00	1.639.199,73	2.000.000,00

Os outros empréstimos dizem respeito a valores que associados emprestaram à SDUQ. Estes valores foram apresentados no passivo não corrente dado que não serão liquidados no curto prazo.

Os empréstimos bancários incluem dois empréstimos contraídos na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL que se discriminam da seguinte forma:

- Financiamento contraído em julho de 2017, com capital em dívida em 30.06.2021 de 1,9 milhões de euros, com vencimento em 2022, apresentado nas demonstrações financeiras em passivo corrente;
- Financiamento contraído em agosto de 2019, com um capital em dívida em 30.06.2021 de 400 mil euros, com vencimento em 2025, apresentado nas demonstrações financeiras em passivo não corrente;
- Financiamento contraído em outubro de 2020, com um capital em dívida em 30.06.2021 de 60 mil euros, com vencimento em 2022, apresentado nas demonstrações financeiras em passivo não corrente;

16. FORNECEDORES

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	30.jun.21	30.jun.20
Fornecedores c/c	1.008.907,73	1.008.339,15
Fornecedores	1.008.907,73	1.008.339,15



A evolução da rubrica de fornecedores foi a seguinte:

	30.jun.21	30.jun.20		Variação	▲ %
GESTIFUTE, S.A.	230.625,00	230.625,00	🟡	0,00	0%
SPORT LISBOA E BENFICA - FUTEBOL SAD	158.444,67	222.834,91	🔴	-64.390,24	-29%
MEDICINA LABORATORIAL DR. CARLOS DA	130.193,50	6.370,00	🟢	123.823,50	1944%
HELMARTUR - AGENCIA DE VIAGENS, LDA	80.492,12	46.910,12	🟢	33.582,00	72%
JOÃO MANUEL COSTA LOPES, LDA	36.583,00	36.583,00	🟡	0,00	0%
R.E.D. - Relvados e Equipamentos Despor	34.440,00	21.266,70	🟢	13.173,30	62%
FUDBALSKI KLUB RAD	30.000,00	30.000,00	🟡	0,00	0%
Riga Football Club	25.000,00	0,00	🟢	25.000,00	-100%
ABECASIS, AZOIA, MOURA MARQUES & am	24.600,00	24.600,00	🟡	0,00	0%
SFERICO SPORTS MANAGEMENT, LDA.	23.220,00	22.300,00	🟢	920,00	4%
SMART MOVE	20.295,00	14.022,00	🟢	6.273,00	45%
LACATONI DESPORTOS, LDA	19.040,42	31.947,30	🔴	-12.906,88	-40%
CASP AREA SERVIÇO PORTAS CAVADO, LD/	12.235,45	16.137,12	🔴	-3.901,67	-24%
GRINTA SARL	12.000,00	12.000,00	🟡	0,00	0%
THE TRAVELER HOSTESS BY TANIA PALMA	11.070,00	0,00	🟢	11.070,00	-100%
CRYAZ Construções SA	10.940,31	0,00	🟢	10.940,31	-100%
JOAQUIM GUIMARAES, MANUELA M E M C	10.516,50	24.538,50	🔴	-14.022,00	-57%
PROVIDING SOLUTIONS LDA	7.687,50	7.687,50	🟡	0,00	0%
MARITIMO DA MADEIRA FUTEBOL - SAD	7.380,00	9.217,65	🔴	-1.837,65	-20%
Antonio Fernandes, Marta Martins & am	7.380,00	4.305,00	🟢	3.075,00	71%
Madreperola - Hotelaria, Lda	7.178,50	894,95	🟢	6.283,55	702%
MVN - Gestão Carreiras Profissionais De	6.918,75	6.918,75	🟡	0,00	0%
CHAB MARKETING ESPORTIVO EIRELI	6.250,00	6.250,00	🟡	0,00	0%
SPORTS GLOBAL	6.150,00	6.150,00	🟡	0,00	0%
HOTEL DO TERÇO - FILIPE SOUSA, LDA	4.971,35	6.819,00	🔴	-1.847,65	-27%
Inforçavado - Informática Lda.	4.579,15	2.989,99	🟢	1.589,16	53%
NeuroExcellence, Lda	4.332,06	13.007,45	🔴	-8.675,39	-67%
CARROPER - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO (	2.000,00	4.987,60	🔴	-2.987,60	-60%
MGB AGENCY	500,00	8.500,00	🔴	-8.000,00	-94%
H.M. - Motor Comercio de Automoveis, Lc	99,00	11.831,02	🔴	-11.732,02	-99%
RECAUCHUTAGEM RAMOA, SA	0,00	886,35	🔴	-886,35	-100%
Paradou Athletic Club	0,00	50.000,00	🔴	-50.000,00	-100%
B.L.A. - Comercio de Equipamentos Despc	0,00	41.503,60	🔴	-41.503,60	-100%
GREMIO ESPORTIVO ANAPOLIS	0,00	18.000,00	🔴	-18.000,00	-100%
PROELEVEN GESTAO CARREIRAS LDA	0,00	17.500,00	🔴	-17.500,00	-100%
PACHECO & TEIXEIRA LDA	0,00	9.102,00	🔴	-9.102,00	-100%
L.P.F.P. - LIGA PORTUGUESA FUT PROFISSI	0,00	8.717,64	🔴	-8.717,64	-100%
JOHAN SPORTS BV	0,00	2.295,00	🔴	-2.295,00	-100%
MEDICAVADO	0,00	2.221,97	🔴	-2.221,97	-100%
BOXPT - ATITUDES D'EPOCA LDA	0,00	1.224,03	🔴	-1.224,03	-100%
G PROTECT - SEGURANÇA PRIVADA UNIP. I	0,00	1.039,35	🔴	-1.039,35	-100%
Diversos	73.785,45	26.155,65			
Fornecedores	1.008.907,73	1.008.339,15	🟢	568,58	0%

Existem saldos parados de antiguidade elevada no montante de 361.946,24 euros.



17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a rubrica "Outros passivos correntes" tinha a seguinte composição:

	30.jun.21		30.jun.20	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	0,00	70.208,87	0,00	60.941,84
Venda Tormena - % Gestifute	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda Tormena - % São Paulo	0,00	0,00	0,00	172.500,00
Batuque Futebol Clube	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
Indemnização do Treinador Pedro Ribeiro e equipa técnica	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
Pessoal	0,00	453.258,52	0,00	392.671,67
Remunerações a liquidar	0,00	31.447,35	0,00	33.903,79
Advogado	0,00	16.394,35	0,00	11.658,85
Rendas (Apartamentos)	0,00	4.373,56	0,00	7.073,56
Outras Dívidas a Pagar	0,00	553.231,96	0,00	916.887,60
Outros passivos correntes	0,00	1.318.914,61	0,00	1.785.637,31

Os valores a liquidar a colaboradores e atletas em 30 de Junho de 2021 no valor de 453.258,52 euros, relacionam-se com rescisões anteriores a 2017 no valor de 9.669,15 euros, prémios de assinatura e rescisão de 2019, no valor de 26.400,48 euros, prémios a atletas da época transata no valode de 134.536,64 euros e os salários de maio e junho de 2021 pagos no exercício de 2021-2022 no valor de respetivamente, 76.591,96 euros e 206.060,29 euros.

18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados, nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020, distribuíram-se da seguinte forma:

	2020-2021	2019-2020
	12 meses	12 meses
Venda Merchandising	20.025,97	32.714,03
Serviços Prestados	5.041.720,84	5.498.734,12
Venda de Atletas	406.145,81	78.033,38
Publicidade	419.327,07	484.316,49
Receitas de Jogos - Lugares Cativos	14.629,02	300.620,11
Participação nas Competições - Taça de Portugal	74.098,26	28.938,95
Receitas de Jogos - Bilhetes	0,00	348.740,06
Direitos Televisivos	4.100.000,00	4.100.000,00
Participação nas Competições - Taça da Liga	500,00	67.843,75
Outras Prestações de Serviços	27.020,68	90.241,38
Vendas e Serviços Prestados	5.061.746,81	5.531.448,15



19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração, nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020, distribuíram-se da seguinte forma:

	2020-2021 12 meses	2019-2020 12 meses
APOSTAS ONLINE	0,00	105.117,92
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL	500,00	0,00
PLACARD	0,00	93.246,60
UEFA - DISPENSAÇÃO JOGADORES EURO	0,00	13.999,01
INSTITUTO EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	2.249,43	1.578,04
LIGA PORTUGUESA DE FUTEBOL PROFISSIONAL	1.000,00	0,00
Subsídios à Exploração	3.749,43	213.941,57

As receitas referentes às apostas online e Placard foram classificadas neste período em rendimentos suplementares e não em subsídios. As apostas online ascenderam na época de 2020-2021 a 130.571,08 euros e a receita do Placard a 108.399,22 euros.



20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos, nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020, foi a seguinte:

	2020-2021 12 meses	2019-2020 12 meses
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	118.710,59	687.852,44
Comissões	4.026,41	1.000,00
Honorários	48.244,96	53.650,96
Conservação e Reparações	56.464,22	616.848,08
Publicidade e Propaganda	4.475,00	10.353,40
Trabalhos especializados	5.500,00	6.000,00
GASTOS DESPORTIVOS	734.025,29	642.355,93
Deslocações	159.954,71	128.093,95
Inscrições de Atletas	92.263,00	96.630,00
Despesas Médicas	173.785,72	106.041,43
Organização de Jogos	171.224,14	219.183,83
Material de Ginásio e Treino	33.356,37	948,36
Produtos Energéticos	12.758,33	14.042,04
Equipamentos Desportivos	72.582,95	47.398,40
Direitos de Formação	0,00	0,00
Empréstimos de Atletas	0,00	0,00
Despesas Diversas	18.100,07	30.017,92
SERVIÇOS DIVERSOS	145.963,44	88.486,39
Serviços Scouting	79.095,00	27.500,00
Seguros	26.140,79	26.842,72
Rendas e Aluguers	19.192,32	14.541,18
Contencioso e notariado	36,00	2.239,04
Outros Serviços	15.441,85	11.417,68
Comunicação	4.824,75	5.120,02
Limpeza, higiene e conforto	1.232,73	825,75
ENERGIA E FLUIDOS	20.012,95	22.982,42
Combustíveis	11.118,61	14.672,00
Electricidade	1.639,94	1.437,99
Água	6.867,77	6.511,78
Gás	117,34	245,10
Resíduos Urbanos	269,29	115,55
MATERIAIS	29.257,27	42.359,72
Material de escritório	22.262,09	25.155,34
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.603,25	9.339,34
Bilhetes	0,00	3.981,23
Artigos para oferta	3.391,93	3.883,81
Fornecimentos e Serviços Externos	1.047.969,54	1.484.036,90



21. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos Gastos com o Pessoal, nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020, foi a seguinte:

	2020-2021 12 meses	2019-2020 12 meses
Remunerações do Pessoal	3.840.478,43	4.152.530,67
Encargos sobre remunerações	352.014,36	330.135,47
Seguros acidentes no trabalho e doença	353.164,98	357.945,01
Outros gastos com o pessoal	111.908,63	119.623,62
Indemnizações	0,00	48.155,75
Gastos com o pessoal	4.657.566,40	5.008.390,52

A rubrica de remunerações ao pessoal é dividida da seguinte forma:

	2020-2021 12 meses	2019-2020 12 meses
ADMINISTRATIVOS	298.205,29	311.947,31
PROFISSIONAIS	0,00	371.383,95
JOGADORES	2.824.951,29	2.791.479,82
TREINADORES	686.954,38	645.409,30
SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO-ADM	30.367,47	32.310,29
Remunerações do Pessoal	3.840.478,43	4.152.530,67

No período findo em 30 de Junho de 2021, o número de pessoas ao serviço era de 61, incluindo 40 atletas com contrato de trabalho desportivo profissional. A evolução do número de pessoas ao longo do período findo em 30 de Junho de 2021 foi a seguinte:

Vínculo	Nº trabalhadores 30.06.20	Admissões	Saídas	Nº trabalhadores 30.06.21
Funcionários	21	2	2	21
Termo certo -Atletas Profissionais +Treinadores	29	30	19	40
Número de Trabalhadores	50	32	21	61



22. OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020, foram os seguintes:

	2020-2021 12 meses	2019-2020 12 meses
Outros rendimentos suplementares	238.970,30	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. Não financeiros	830.000,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	19.658,93	21.700,43
Outros rendimentos	6.427,05	1.878,26
Outros rendimentos e ganhos	1.095.056,28	23.578,69

23. OUTROS GASTOS

Os outros gastos, nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020, foram os seguintes:

	2020-2021 12 meses	2019-2020 12 meses
Direitos económicos desportivos	13.373,88	637,10
Impostos	1.416,16	246.000,00
Correções relativas a períodos anteriores	46.534,65	58.813,99
Quotizações	3.591,36	3.591,36
Ofertas e amostras de inventários	3.799,48	2.769,99
Ofertas e amostras de inventários	1.656,48	0,00
Multas e penalidades	42.302,84	26.568,30
Outras diversos	3.400,15	0,00
Outros gastos	116.075,00	338.380,74

24. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020, tinham a seguinte composição:

	2020-2021 12 meses	2019-2020 12 meses
Juros de financiamentos obtidos	77.208,90	73.048,37
Outros juros	26.206,90	15.768,31
Juros de mora e compensatórios	889,59	604,65
Juros Suportados	104.305,39	89.421,33

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

25.1. Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).



Para a nova época a SDUQ já contratou os seguintes atletas: Andrew, Bilel, Elder Santana, Emmanuel Hackman, Fran Navarra, Giorgi Aburjania, Jean Carlos, Caiado Vaz, José Carlos Gonçalves, Lucas de Souza, Matheus Bueno, Murilo, Marcelo, André Liberal, Iago Maidana, Ziga Frelh e Juan Sierra.

A época de 2021-2022 iniciou com a presença de público nos estádios. Esta situação será certamente muito benéfica da o Gil Vicente, bem como, para o futebol profissional em Portugal.

De referir, que para a época desportiva 2021-2022, a equipa inscrita na Liga Portugal é a seguinte:

Jogadores:

Nº	Nome	Posição	Nacionalidade
1	Frelh	Guarda-redes	Eslovénia
12	Brian	Guarda-redes	Portugal
14	Díogo Águas	Guarda-redes	Portugal
42	Andrew	Guarda-redes	Brasil
2	Zé Carlos	Defesa	Portugal
3	Lucas	Defesa	Brasil
4	Díogo	Defesa	Brasil
5	Hackman	Defesa	Gana
26	Rúben Fernandes	Defesa	Portugal
31	Talocha	Defesa	Portugal
33	Maidana	Defesa	Brasil
55	Henrique Gomes	Defesa	Portugal
6	João Afonso	Médio	Brasil
8	Pedrinho	Médio	Portugal
15	Aburjania	Médio	Geórgia
20	Caiado	Médio	Portugal
21	Vítor Carvalho	Médio	Brasil
25	Jean Irmer	Médio	Brasil
48	Simões	Médio	Portugal
57	Matheus Bueno	Médio	Brasil
7	Bilel	Avançado	França
9	Francisco Navarro	Avançado	Espanha
10	Fujimoto	Avançado	Japão
11	Leautey	Avançado	França
17	Boubacar	Avançado	Portugal
19	Calero	Avançado	Colômbia
27	Marcelo	Avançado	Brasil
29	Samuel Lino	Avançado	Brasil
59	Jorge Monteiro	Avançado	Portugal
77	Murilo	Avançado	Brasil
93	Elder Santana	Avançado	Brasil
99	Liberal	Avançado	Portugal

Equipa técnica:

Nome	Função	Nacionalidade
José Ricardo Soares Ribeiro	Treinador Principal	Portugal
Maurício Benjamim Oliveira Vaz	Treinador Adjunto	Portugal
Pedro Miguel Ribeiro Guimarães	Treinador Adjunto	Portugal



27
R
g
H

25.2. COVID-19

O surto do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus), que apresenta um elevado índice de contágio e resultou na rápida propagação da doença COVID-19 à escala global, a qual apresenta um significativo grau de letalidade e levou à declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020. Os impactos imediatos desta pandemia, designadamente na União Europeia, atingiram uma dimensão sem precedentes na situação de alerta gerada, no esgotamento dos sistemas de saúde e nas severas medidas de contenção e de combate que estão a ser implementadas em inúmeros países, incluindo a declaração pela primeira vez na vigência da atual Constituição do estado de emergência também em Portugal em 18 de março de 2020.

Por todo o mundo assiste-se atualmente a uma súbita desaceleração da atividade económica, em consequência do confinamento temporário a que estiveram sujeitas largas proporções das populações dos países mais afetados nos quais vigoram também fortes restrições à normal atividade económica de múltiplas empresas dos mais variados setores para conter a propagação da doença, cujos impactos, apesar de ainda indeterminados na sua totalidade, permitem já antever um cenário de recessão global.

Em reação a este enquadramento desfavorável, os governos de países dos principais blocos económicos e os respetivos Bancos Centrais, incluindo o BCE, anunciaram medidas orçamentais extraordinárias e alterações na política monetária, que visam atenuar os impactos da crise provocada pela pandemia e estimular a retoma da economia.

Assim, as perspetivas de evolução da atividade da SDUQ na próxima época encontram-se inesperadamente desafiadas pelo impacto que a pandemia vier a provocar, mas também pela reação à mesma por parte das diversas comunidades e dos agentes económicos das geografias em que estamos presentes.

O enquadramento de complexidade acrescida decorrente do impacto do Coronavírus não altera a direção nem diminui a determinação da SDUQ em prosseguir o trabalho de preparação e de transformação que é essencial para capturar as oportunidades de crescimento e de rendibilidade sustentável que estamos certos se vislumbrarão uma vez superadas as adversidades que agora enfrentamos.

No contexto descrito, a SDUQ adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a proteção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades sanitárias, trabalho à distância e segregação de equipas, procurando maximizar a resiliência da organização. Foram ainda consideradas as medidas tomadas pelas autoridades, tendo a SDUQ procurado sempre cumprir todas elas.

Com a declaração da pandemia associada ao coronavírus – COVID-19, as competições desportivas de futebol foram numa primeira fase suspensas, sendo de destacar a suspensão da Liga NOS no dia 12



de março de 2020, a qual veio a ser retomada a 4 de junho e concluída a 26 de julho de 2020. Posteriormente, houve uma retoma das competições desportivas, contudo esta retoma foi efetuada com jogos sem presença de público. A época desportiva de 2021-2022 é marcada pelo regresso de público aos estádios (ainda que com algumas contingências e medidas de segurança).

Os principais aspetos negativos no período em análise, resultam da inexistência de receitas de bilheteira, tanto relativas aos lugares anuais como aos bilhetes jogo a jogo, pela proibição da presença de público nos estádios.

Tendo em conta este cenário, o Gil Vicente SDUQ implementou um conjunto de medidas com objetivo de proteger a saúde dos seus colaboradores, bem como medidas de controlo e/ou redução de custos, que passaram pela flexibilização do pagamento de impostos e contribuições sociais durante a época 2020/2021, no âmbito da legislação aprovada relacionada com o apoio às empresas face à Pandemia Covid 19.

A destacar, no entanto, as seguintes considerações:

Impactos sobre a atividade:

- Quebra significativa das receitas de bilheteira e patrocínios em virtude da ausência de espectadores no estádio;
- quebra do mercado de transferência, o que não permitiu realizar algumas das vendas desejadas;
- aumento dos gastos com os testes a efetuar aos atletas e demais equipa técnica;

Impacto sobre Colaboradores:

- assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores, das suas famílias e das comunidades, é uma prioridade da empresa no atual contexto da pandemia do covid-19;
- implementação de um conjunto de ações preventivas para proteger a saúde e segurança dos nossos Colaboradores, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde;
- realização de uma monitorização continua da evolução da doença nos diferentes países e das recomendações emanadas pelos organismos de saúde competentes, reavaliando necessidade de novas medidas sempre que outros dados específicos o possam justificar.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade da empresa será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

27
AB
98
AB

25.3. Informações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

25.4. Dívidas ao Pessoal

Não existem salários em atraso a jogadores da equipa profissional e elementos da equipa técnica. Do montante registado em 30.06.2021, na rubrica de Pessoal, no valor de 453.258,22 euros, encontram-se por liquidar, à presente data, 170.606,27 euros, repartidos da seguinte forma:

- 9.669,15 euros referentes a dívidas anteriores a 1 de julho de 2017; e
- 26.400,48 euros que dizem respeito a prémios de assinaturas e rescisões de contratos celebrados na presente época desportiva.
- 134.536,64 euros que dizem respeito a prémio de assinatura e outros e rescisões de contratos.

25.5. Perda de Metade do Capital Social

Pelas contas do período, está perdida mais de metade do capital societário, em virtude dos resultados negativos acumulados de 4.443.352,83 euros (incluindo o resultado líquido do período), a Entidade encontra-se na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Nesta conformidade, é intenção do Órgão de Gestão da Entidade propor ao sócio único a tomada de medidas necessárias previstas naquele clausulado tendentes à regularização da situação, em prol da continuidade das operações. Conforme referido na nota 2 a) a gerência elaborou as demonstrações financeiras da entidade tendo por base o princípio da continuidade dado ser sua convicção que a continuidade das operações da SDUQ se encontra assegurada.

25.6. Passivos contingentes

Processos judiciais em curso	Valor da ação	Estimativa quanto ao desfecho	Estado
Ação judicial PETAR PETKOVSKI	117.000,00	Impreciso	Aguarda Julgamento
Reclamação FK RAD	80.000,00	Impreciso	Aguarda Julgamento
Injunção ELITEFOOT	23.885,08	Impreciso	Aguarda tentativa de conciliação
Injunção SPORTSGLOBAL	6.917,21	Impreciso	Aguarda tentativa de conciliação
Injunção CHAB MARKETING ESPORTIVO EIRELLI	6763,64	Impreciso	Aguarda oposição à injunção

25.7. Responsabilidades e garantias



O financiamento bancário de longo prazo negociado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, que em 30.06.2021 apresenta um valor em dívida de cerca 1,9 milhões de euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 7,6 milhões de euros.

O financiamento bancário de longo prazo negociado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, que em 30.06.2021 apresenta um valor em dívida de cerca 400 mil euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 1,2 milhões de euros.

O financiamento bancário de longo prazo negociado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, que em 30.06.2021 apresenta um valor em dívida de cerca 60 mil euros, encontra-se avalizado por terceiros até ao montante de 12 mil euros.

25.8. Gestão do risco

As atividades da SDUQ expõem a entidade a diversos riscos que podem ter um efeito significativo nos resultados, fluxos de caixa e posição financeira, dos quais se destacam: risco de mercado (risco de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A entidade procura minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão do risco é efetuada de acordo com as políticas aprovadas pela gerência, a qual avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com a Direcção Financeira. A gerência providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Risco de taxa de juro

A SDUQ encontra-se exposta ao risco de taxa de juro nos financiamentos obtidos e empréstimos concedidos. Os financiamentos obtidos a taxas de juro variáveis expõem a entidade ao risco de variabilidade dos fluxos de caixa pela alteração das taxas de mercado. A Sociedade não tem vindo a seguir qualquer política de cobertura de risco de taxa de juro. As suas operações são contratadas com base nas suas necessidades de financiamento da atividade.

Risco de crédito

A Sociedade avalia os riscos de recuperação dos saldos em aberto através da análise da situação financeira e outra relevante, registando perdas de imparidade que apure serem necessárias.

Risco de liquidez



2,
A
A

A gestão do risco de liquidez da Sociedade é realizada com base nos compromissos celebrados com os seus devedores e credores, tentando sempre que possível adequar os cash flows entre os seus ativos e passivos de forma a encontrar um equilíbrio entre recebimentos e pagamentos.

Risco de câmbio

As transações em moeda estrangeira são raras e de muito curto prazo, pelo que não se encontra implementado um processo formal de gestão deste risco.

Risco desportivo

O risco desportivo é o risco de que alterações nos preços de transação dos ativos intangíveis, nomeadamente a nível de aquisição e alienação de direitos de jogadores, possam influenciar os resultados e capitais próprios da Sociedade.

No âmbito deste risco desportivo, incluem-se variações todas as problemáticas relacionadas com o mercado de transferências, nomeadamente pela oferta e procura de futebolistas com um conjunto específico de qualidades, pelos resultados desportivos passados, pela existência de lesões graves ou por outras situações que originam a desvalorização dos atletas, bem como por fatores que determinem a desvinculação antecipada da Sociedade. Para obviar a estes riscos, a Sociedade contrata olheiros e serviços de scouting, técnicos e equipa médica qualificada, apostando numa política desportiva assente na complementaridade de atletas oriundos da formação com outros atletas de reconhecido valor nacional e internacional.

25.9. Outras Informações

Os honorários contratualizados com o Revisor Oficial de Contas pelos trabalhos de revisão legal das demonstrações financeiras da época de 2020/2021 ascendem a 6.000 euros.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de Junho de 2021 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 13 de setembro de 2021.

O órgão de gestão propõe que o resultado líquido do período seja transferido para resultados transitados.



26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Saldos com associados:

	30.jun.21	30.jun.20
Associados		
FRANCISCO DIAS DA SILVA	-2.983.228,00	-1.297.228,00
FRANCISCO SENRA DA SILVA	-29.100,00	-29.100,00
JOSÉ ANDRADE ARANTES	-12.871,73	-12.871,73
Saldo credor	-3.025.199,73	-1.339.199,73

O Gil Vicente, SDUQ é detido exclusivamente pelo GIL Vicente FC (empresa mãe), sendo que a 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, os saldos entre estas entidades ascendiam a:

	30.jun.21	30.jun.20
Empresa mãe		
GIL VICENTE FC	0,00	-82.681,58
Saldo credor	0,00	-82.681,58
GIL VICENTE FC	0,00	865.689,74
GIL VICENTE FC	977.073,31	212.829,52
Saldo devedor	977.073,31	1.078.519,26

Barcelos, 13 de setembro de 2021

O Órgão de Gestão,

A Contabilista Certificada n.º 855

Silvia Tavares Santos

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE-FUTEBOL, SDUQ, LDA.
A Gerência

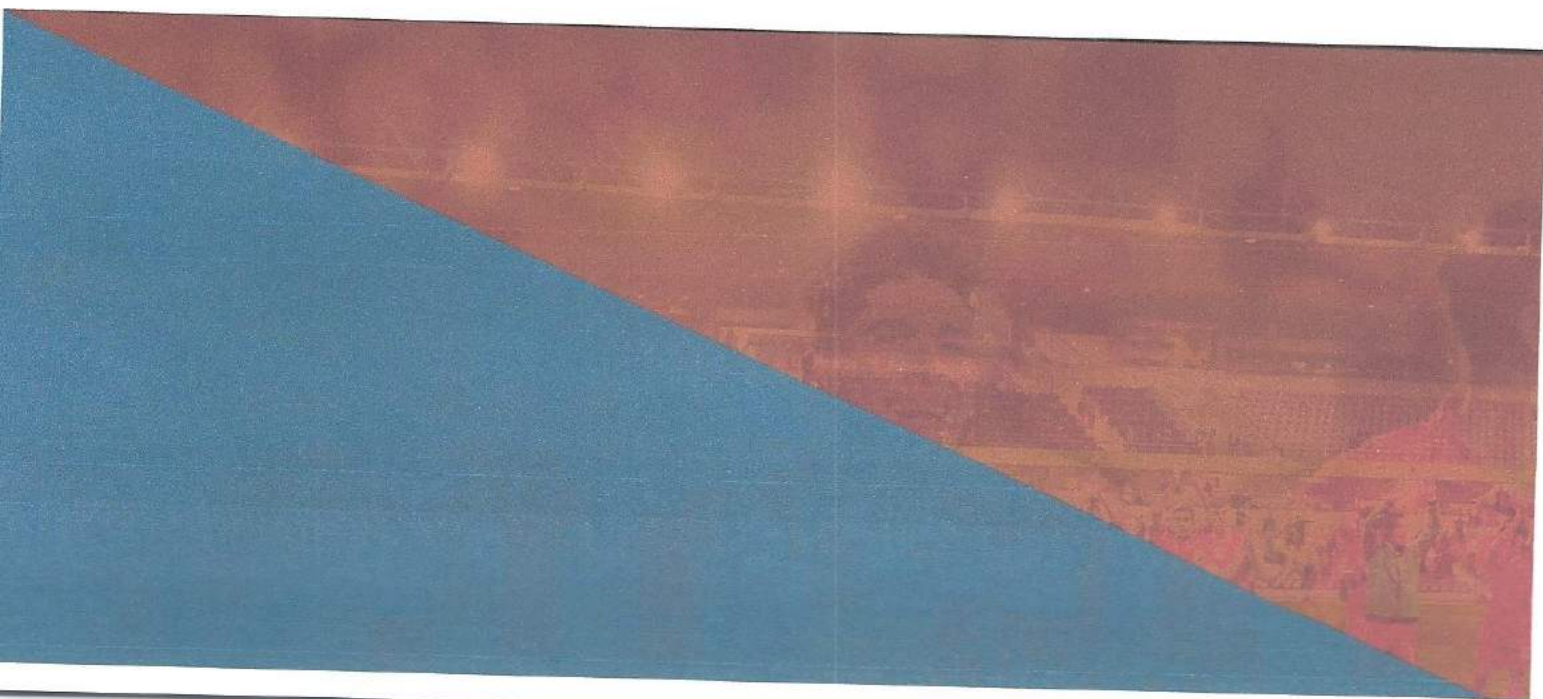
Pedro Miguel da Silva
Helena Silva



Relatório de Auditoria

30-06-2021

Época 2020/2021





RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE – FUTEBOL, SDUQ, LDA. (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 3.861.987 euros e um total de capital próprio “negativo” de 4.443.353 euros, incluindo um resultado líquido “negativo” de 186.739 euros) e a demonstração dos resultados por naturezas, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE – FUTEBOL, SDUQ, LDA., em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

O ativo da Entidade inclui cerca de 977.073 euros na rubrica de “Outros créditos a receber”, que corresponde a valores a receber do sócio único Gil Vicente Futebol Clube. O Gil Vicente Futebol Clube encontra-se com capitais próprios negativos e um passivo corrente superior ao ativo corrente o que coloca dúvidas sobre a possibilidade desta entidade solver os seus compromissos com o GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE – FUTEBOL, SDUQ, LDA., razão pela qual o ativo líquido e o capital próprio se encontram sobreavaliadas em 977.073 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Na sequência de prejuízos incorridos em anos anteriores, em 30 de junho de 2021, o passivo é superior ao ativo líquido no montante de 4.443.353 euros (sendo por isso aplicáveis as disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais) e o passivo corrente é superior ao ativo corrente, situação que comporta uma incerteza material que pode lançar dúvida significativa acerca da capacidade da Entidade em assegurar a continuidade da sua atividade. Conforme



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

mentionado na nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, pois a gerência prevê a manutenção do apoio financeiro de outras entidades financiadoras, bem como o sucesso futuro do processo judicial em curso relacionado com a despromoção do clube para a segunda Liga e das operações de alienação de direitos de inscrição desportiva de jogadores.

Ênfases

Conforme mencionado no ponto 10.4 do relatório de gestão e na nota 25.5 das notas anexas às demonstrações financeiras, verifica-se que está perdida mais de metade do capital social, em virtude dos resultados negativos acumulados de 6.225.175 euros (incluindo o resultado líquido do período findo em 30 de junho de 2021), pelo que a Entidade se encontra na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Nesta conformidade, é intenção do Órgão de Gestão da Entidade propor ao sócio único a tomada de medidas necessárias, previstas naquele clausulado, tendentes à regularização da situação, em prol da continuidade das operações.

De acordo com a nota 10.3 do relatório de gestão e nota 25.4 das notas anexas às demonstrações financeiras, do montante de dívidas ao pessoal, registadas em "Outros passivos correntes" encontram-se por pagar, em situação de mora, 170.606 euros.

De acordo com a nota 16 das notas anexas às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2021, existem dívidas a diversos fornecedores com significativa antiguidade, no montante de 361.946 euros.

A entidade divulga nas notas 10.1 do relatório de gestão e 25.2 das notas anexas às demonstrações financeiras os possíveis efeitos decorrentes da pandemia relacionada com o vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus), bem como, as medidas de contingência implementadas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



ANTONIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a entidade, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 15 de setembro de 2021

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.
Registo na OROC n.º 327 | Registo na CMVM n.º 20180030
Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608